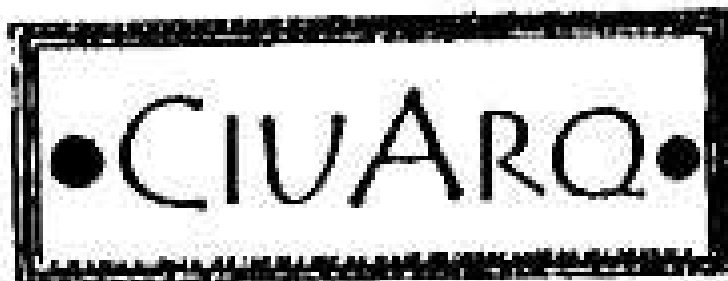


Elementos para a história da Arqueologia Universitária: a Comissão Inter-Universitária de Arqueologia e o 1º Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia



Jorge de OLIVEIRA¹

DAS ORIGENS

O sufoco e o consequente mal-estar era por todos, sentido. Sobretudo, quem tinha obrigações académicas e contratuais sentia a verdadeiramente a prepotência dos senhores que tutelavam arbitrariamente a Arqueologia em Portugal. Autorizações para trabalhos de campo condicionais decididas ao arbítrio de quem, sentado a uma secretária ao campo não ia e nem conhecia, eram invariavelmente comuns. Negação de autorizações de escavação apenas porque....podiam, queriam e mandavam eram frequentes e sem qualquer norma. A atribuição de subsídios para trabalhos arqueológicos, no âmbito dos, ainda saudosos, PNTAs, eram assumidamente caricatos. A entidade da tutela tinha todo poder, tinha a faca e o queijo nas mãos. E...se te atrevias a protestar era seguro que na resposta a novo pedido de autorização, subsídio ou aprovação de relatório serias seguramente recompensado.

Sob a pressão dos tempos académicos a elaboração das teses estava muitas vezes totalmente dependente dos pareceres, autorizações e verbas daqueles que, nalguns casos, também tinham

¹ CHAIA/UÉ [2019] – Ref.^a UID/EAT/00112/2013- FCT. joli@uevora.pt

sido oponentes aos mesmos lugares e que tinham sido preteridos. A vingança serve-se preferencialmente gelada. E esse gelo sentia-se quando se recebia a autorização para um determinado trabalho e nele se lia, por exemplo, que só se podia escavar o corredor dum determinado monumento megalítico, mas não a câmara funerária. Noutros casos, para um outro monumento, recebia-se, estranhe-se, uma autorização para se abrir, unicamente, uma sondagem de 2X2 metros na colina tumular....enfim! Total livre arbítrio de quem tudo podia. A resposta aos pedidos de subsídio, no tempo em que ainda os havia era, assumidamente, fruto de opções, no mínimo estranhas. Fomos contemplados com valores de tal maneira ridículos que alguns cheques nem os fomos levantar ao célebre “balcão do Sr. Victor”, porque a viagem até Lisboa era mais cara do que o valor do subsídio atribuído.

Com as simbólicas mudanças de nomenclatura dos embrionários e descentralizados Serviços Regionais de Arqueologia para os poderosos IPPAR, IPPAAR e posteriormente IGESPAR a situação foi sempre piorando para quem, no terreno e do terreno, dependia para poder progredir na carreira académica na área da Arqueologia. Aos que obrigatoriamente se tinham que dedicar à investigação tudo era exigido e altamente escrutinado e depois constatava-se que para as raras e oportunistas ações desenvolvidas pelos senhores do poder, que chamavam a si os sítios mais apetitosos, havia sempre muito dinheiro, e quando se procuravam os resultados, o mais comum era a não existência de relatórios.

Mas a comunidade académica, porque tinha medo, calava-se e tentava manter a investigação com os recursos que conseguia e sempre com um sorriso nos lábios. Um dia fomos visitados, de surpresa, como sempre acontecia, por um “inspector” que sabia tanto de Megalitismo, como eu de culinária. Na frente da equipa procurou humilhar-nos e proibiu-nos de escavar a câmara do monumento e com a ponda do sapato marcou no terreno um quadrado na área da mamoa,

onde nos permitia que abrissemos uma sondagem, e só ali. Face ao nosso protesto disse-nos que o fizéssemos por escrito, mas que nada adiantaria porque seria ele quem o iria receber.... Obviamente que depois da agradável visita escavámos o que nos pareceu mais importante e significativo e descrevemos tudo no relatório. Para nosso espanto estranheza o Relatório foi aprovado sem qualquer comentário pelo nosso “inspector”. Obviamente que nem o leu!

O ambiente era pesado e o medo estava instalado entre os que investigar a sério queríamos.

Num almoço informal com o Reitor da Universidade de Évora, nos finais 1994, manifestámos-lhe o desconforto que sentíamos pela situação em que se encontrava a Arqueologia Universitária e que este mal-estar reflectia-se, de uma forma generalizada, por, praticamente, toda as universidades portuguesas. Propôs, então o Magnífico Reitor, à data o Professor Jorge Araújo, que lhe fizéssemos chegar um breve memorando da situação, que ele se encarregaria de o apresentar no CRUP, Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas, sugerindo que este órgão criasse uma comissão inter-universitária de arqueologia que se deveria de encarregar de avaliar e propor alterações à situação em que se vivia.

Assim, elaborámos o memorando que à frente se publica, e que foi presente na reunião seguinte do CRUP. À data presidia ao CRUP o Magnífico Reitor da Universidade do Minho que chamou àquela Universidade, na pessoa da Professora Manuela Martins, a responsabilidade de promover a criação duma comissão onde teria assento um representante de cada uma das universidades públicas portuguesas, com formação, ou investigação na área da Arqueologia. Nascia, assim, a inicialmente denominada CIUA, Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, mais tarde, renomeada CIUARQ.

A coordenação desta comissão mudaria, paralelamente, com a periodicidade da rotatividade da presidência do CRUP.

A primeira reunião, cuja acta a seguir se publica, teve lugar no Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, no dia 4 de Julho de 1995. À primeira reunião coordenada pela Professora Manuela Martins, da Universidade do Minho, compareceram os seguintes professores: Jorge Alarcão (Universidade de Coimbra), Victor de Oliveira Jorge (Universidade do Porto), Victor dos Santos Gonçalves (Universidade Clássica de Lisboa), Maria Teresa Júdice Gamito (Universidade do Algarve), Jorge de Oliveira (Universidade de Évora), Martin Hock (Universidade da Beira Interior) e João Inês Vaz (Universidade Católica Portuguesa). Como se pode ver pelo conteúdo da Acta, para além de múltiplos assuntos abordados, discutiu-se aprofundadamente a situação da arte do Vale do Côa, tema quentíssimo nessa altura em Portugal.

Com periodicidade variada, mas com uma cadência aproximada de três meses, a comissão reunia-se em diferentes universidades. Nas reuniões posteriores estiveram também presentes os representantes da Universidade Nova de Lisboa (Professora Maria da Conceição Rodrigues), da Universidade dos Açores (Professora Maria Helena Carvalho), da Universidade Aberta (Professor João Luís Cardoso) e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Professor Rui Pires Cabral).

Com a mudança de presidência do CRUP a CIUARQ foi também alternando a sua coordenação, passando por Lisboa e posteriormente para Coimbra. Por motivos ainda não devidamente explicados, mas claramente decorrentes da criação do IPA, a periodicidade das reuniões começou a ser cada vez mais espaçada e a participação dos representantes de cada universidade, cada vez em menor número. Com a passagem à reforma do Prof. Vasco Mantas, à data Coordenador da CIUARQ, este terá passado a “pasta” à Prof^a. Helena Catarino, da sua Faculdade, mas a verdade é que nunca mais houve convocatórias para novas reuniões. A CIUARQ nunca foi formalmente extinta, aguardando-se que haja nova convocatória.

Contudo, na décima reunião, que teve lugar na Universidade do Algarve, a 6 de junho de 1997, coordenada pelo Professor Victor S. Gonçalves, em que estiveram presentes os Professores: Teresa Gamito, Armando Coelho F. da Silva, Jorge de Oliveira e Michael Mathias e que foi secretariada pelo, então, “licenciado” Carlos Fabião, decidiu-se que se deveria realizar um “Encontro de Arqueólogos das Universidades”. Na acta dessa reunião pode ler-se: “Foi por todos reconhecida a utilidade da realização de um Encontro dos Arqueólogos Universitários, onde participariam todos os docentes e investigadores ligados às Universidades, com os objectivos de divulgação dos trabalhos e projectos de investigação em curso e como forma de melhor dar a conhecer o que se está produzindo nos meios universitários. O encontro constituiria, ainda, uma importante forma de afirmação, pela positiva, da Arqueologia Universitária. Não existiu, no entanto, unanimidade de opiniões relativamente aos conteúdos das comunicações a apresentar neste Encontro, se exclusivamente de natureza científica ou se, também, de natureza organizativa e didático-pedagógica. Ficou decidido que, na próxima reunião da CIUARQ, a realizar em Lisboa nos próximos dias seis e sete de novembro (p.f.), se trataria especificamente do tema “Encontro Interuniversitário de Arqueologia”, tendo sido, no entanto, avançadas as datas de três e quatro de Abril de 1998, como boas para a sua realização.”

Na reunião seguinte a Universidade de Évora disponibilizou-se para organizar o referido “Encontro”, vindo a ter lugar já não no ano de 1998, mas em Maio de 1999, nos dias 6, 7 e 8.

Esse encontro que veio a denominar-se “1.º Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia”, chamou a Évora todas os docentes e investigadores das universidades portuguesas no qual apresentaram, individualmente ou em grupo, um resumo dos projectos de investigação em arqueologia que se encontravam a desenvolver. O Colóquio foi aberto ao público sem qualquer tipo de inscrição ou

pagamento e devidamente divulgado. Nele participaram alunos, investigadores não universitários e público interessado na temática.

Contou com a presença dos, então Presidente do CRUP, Prof José Barata Moura, do Magnífico Reitor da Universidade de Évora, Prof. Jorge Araújo, Director do Departamento de História da Universidade de Évora, Prof. Hélder Fonseca e de um representante do IPPAR.

Previamente e em tempo oportuno a organização do Colóquio, solicitou a todos os participantes um resumo das respectivas comunicações, a receber até 15 dias antes do evento, e que foram coligidos e reproduzidos numa pequena brochura, de que se fizeram apenas 100 exemplares, hoje totalmente esgotados. Esse volume de Pré-Actas, já não teve seguimento num prometido volume de actas que seria editado pela própria CIUARQ, o que nunca veio a acontecer. Vinte e um anos decorridos foi possível recuperar os ficheiros que deram origem a essa brochura de resumos e, igualmente, os documentos fotográficos dos comunicantes, sessões e convívios inerentes ao evento que aqui pela primeira vez queremos divulgar.

Para que a CIUARQ, o seu nascimento e agonia e o evento de união da Arqueologia Universitária que se promoveu em Évora não se percam no esquecimento, porque fazem parte integrante da História da Arqueologia Portuguesa, queremos aqui reproduzir os documentos fundacionais da Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, o ficheiro que contém os Resumos das Comunicações do 1.º Colóquio, a lista dos participantes, e os mais significativos documentos fotográficos que conservámos desse encontro histórico, de 1999.

Esperamos que com esta publicação se retome a necessária e urgente actividade da CIUARQ e que a breve trecho possamos organizar o 2.º Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIUARQ

Documento 1: Memorando entregue ao magnífico Reitor da Universidade de Évora, em Fevereiro de 1995 e apresentado em Reunião do CRUP.



MEMORANDO PARA UM DIAGNÓSTICO DA ARQUEOLOGIA UNIVERSITÁRIA

A Arqueologia, como qualquer disciplina que se emancipa, criando métodos e objectivos próprios, depara, naturalmente de início, com diversas dificuldades. Embora a Arqueologia não seja já uma ciência muito recente, porventura talvez mesmo das mais antigas, assiste ainda hoje em Portugal a um deficiente reconhecimento, sobretudo por parte dos organismos do estado e não tanto pela população em geral.

Padece, assim, a arqueologia nacional e naturalmente os que a ela se dedicam, duma quase completa marginalização estatal, que se reflecte, naturalmente, na reduzida disponibilização de meios para o seu desenvolvimento.

Numa visão alargada poderemos considerar que os arqueólogos portugueses se dividem em quatro grandes grupos. Três destes grupos poderão ser considerados profissionais a tempo inteiro, a saber: universitários, municipais e do IPPAAR. No quarto e último grupo incluem-se os amadores. De qualquer destes grupos, mas sobretudo de entre o dos amadores e o dos ligados ao IPPAAR, formam-se, temporariamente, equipas contratadas por empresas especializadas na elaboração de relatórios de impacto ambiental ou outros.

Aos arqueólogos municipais cabe, essencialmente, a defesa e por vezes a divulgação do património arqueológico existente no território abrangido pelo concelho onde exercem a sua actividade.

Aos arqueólogos do IPPAAR compete promover a salvaguarda do património arqueológico nacional. A investigação fica, assim, confinada aos arqueólogos universitários e aos amadores. Estes, geralmente docentes do Ensino Secundário, desenvolvem uma actividade arqueológica que se limita, por norma, a uma breve campanha estival e à elaboração dos obrigatórios relatórios de actividades. Consta-se, deste modo, que são os arqueólogos ligados às universidades aqueles que, quer pela obrigatoriedade de progressão na carreira, quer por necessidade de constante actualização desenvolvem, com raras excepções, actividades arqueológicas de carácter científico ao longo de todo o ano.

No desenvolvimento desta investigação deparam os arqueólogos universitários com obstáculos de ordem vária dos quais se destacam:

1. O tempo dedicado à investigação de campo, muitas das vezes traduzido em aulas práticas porque acompanhados por alunos, não é contabilizado como tempo lectivo e consequentemente acumulado, sem qualquer retribuição, sobre as aulas distribuídas na carga horária geral.
2. O não reconhecimento da actividade de campo como tempo lectivo não proporciona ainda ao docente a possibilidade de requerer o pagamento de deslocações e ajudas de custo relativas a essas actividades.
3. A inexistência, por norma, de viaturas tipo todo-o-terreno das universidades afectas à investigação arqueológica implica a utilização, com o consequente desgaste sem qualquer contrapartida, de viaturas particulares dos docentes universitários.
4. O desenvolvimento das actividades de campo maioritariamente efectuadas fora dos períodos lectivos normais podem desobrigar as seguradoras escolares de assumirem a responsabilidade em caso de sinistro, recaindo sobre os docentes mais esse ónus.
5. À já normal inexistência de apoios por parte das universidades para o desenvolvimento de trabalhos de investigação em geral e ainda menos no que à



arqueologia dizem respeito acresce a exclusividade de funções a que os docentes universitários estão obrigados com a consequente impossibilidade de poderem, sem receios, receber apoios externos para o desenvolvimento da sua investigação.

6. Em face da actual legislação e sobretudo daquela que transparece da nova lei do património, qualquer actividade arqueológica necessita, quer da sua vinculação a um projecto de investigação, quer de autorizações pontuais. Tanto a aceitação dos projectos de investigação, como as autorizações para actividades arqueológicas são da total responsabilidade do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Assim, a investigação universitária, que o mesmo será dizer 90% da investigação arqueológica nacional está dependente da vontade dos técnicos do IPPAAR. A simples prospecção ou inventariação de sítios arqueológicos, ou levada às últimas consequências a visita de um investigador a uma estação arqueológica, mesmo que inédita, deverá ficar dependente da apresentação de um projecto e eventual aprovação pelo IPPAAR. Face a esta situação uma aula prática de arqueossítio, mesmo sem qualquer movimentação de solos, é considerada uma actividade clandestina sujeitando o docente, caso tenha estatuto de arqueólogo, a ser condenado. Mais grave se torna ainda a situação quando os pareceres, especialmente os relativos a projectos de investigação em Arqueologia são emitidos por técnicos sem qualquer formação nesta área, como seja o caso dos arquitectos. Se este ambiente não bastasse, por si só, para claramente se poder avaliar o estado da nossa arqueologia, acresce ainda o caso das autorizações, apreciação de relatórios e comentários aos mesmos serem efectuados por técnicos do IPPAAR habilitados com títulos académicos vários graus inferiores aos dos sujeitos a avaliação. É comum encontrar-se em Portugal licenciados a avaliarem relatórios de professores catedráticos. Casos existem também de alunos de mestrado, que em sede diferente, apreciam e emitem pareceres sobre a qualidade dos relatórios dos seus professores, podendo mesmo, assim o entendam, inviabilizar a continuação de uma investigação, alegando, unicamente, incapacidade científica ao seu professor.
7. A passividade com que os arqueólogos universitários têm assistido a esta situação resulta da tradicional dependência de verbas atribuídas para este tipo de investigação quase exclusivamente por parte de verbas do IPPAAR, obrigando os investigadores a acatarem, silenciosamente, esta situação. Explica-se, ainda, esta passividade, sobretudo por parte dos investigadores e docentes universitários que, para além de condicionados por verbas e pela exclusividade, se encontram sujeitos a datas fixas para a apresentação de provas académicas, obrigando-os, ainda mais, a acatarem subservientemente as determinações dos técnicos do IPPAAR, evitando hostilizar os detentores do poder.

Janeiro de 1995

João de Oliveira

Documento 2: Notícia no órgão interno da Universidade de Évora "Investigação e Desenvolvimento" informando da apresentação junto do CRUP do documento anterior e já perspectivando a criação da Comissão Inter-Universitária de Arqueologia.

UNIV. DE ÉVORA - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PÁGINA 4

MARÇO 1995



OPINIÃO
do Dep. História

A ARQUEOLOGIA DO NOSSO DESCONTENTAMENTO

Em face da legislação em vigor (sobretudo as portarias 269/78 de 12 de Maio, 159/79 de 24 de Maio, e Lei nº 13/85 de 13 de Julho) compete à Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico o total controlo sobre a investigação arqueológica.

Nas suas incumbências inclui-se a possibilidade de aceitar ou rejeitar projectos de investigação elaborados ou propostos por instituições científicas ou investigadores individuais. Assim, qualquer estudo arqueológico, envolvendo ou não a movimentação de solos, fica dependente do parecer do organismo de tutela. A simples prospeção ou inventariação de sítios arqueológicos, ou levada às últimas consequências a visita de um investigador a uma estação arqueológica, mesmo que inédita, deverá ficar dependente da apresentação de um projecto e eventual aprovação da SEC/IPPAAR. Face a esta situação uma aula prática de arqueossítio, mesmo sem qualquer movimentação de solos, é considerada uma actividade clandestina sujeitando o docente, caso tenha estatuto de arqueólogo, a ser condenado.

Fica, assim, claro que qualquer estudo de

carácter arqueológico está obrigado à prévia aprovação do IPPAAR. Tratando-se de uma lei altamente restritiva e que de modo algum contribui para a salvaguarda do património torna-se ainda mais caricata a situação quando as autorizações estão dependentes de um Conselho Consultivo do IPPAAR onde as instituições de investigação, ou dos investigadores individuais não têm qualquer representatividade, composto quase exclusivamente por funcionários do próprio IPPAAR, depois de instruídos com um parecer que por norma subscrevem, elaborado por um qualquer técnico das Direcções Regionais do mesmo IPPAAR e que não raro tem igualmente interesses na área, ou no próprio arqueossítio que o investigador pretende estudar.

Mais incongruente se torna a actual situação quando projectos de investigação de institutos, departamentos, centros ou das próprias universidades com inquestionável crédito científico ficam dependentes, por vezes longos meses, quando não anos, de um parecer por vezes assinado por um Senhor Conselheiro que nada tem a ver com a ciência arqueológica.

Se esta é a situação que antecede qualquer estudo arqueológico ela agrava-se, quer no decor-

rer do estudo, quer com a aprovação do relatório final, que condiciona novas acções.

O policiamento a que alguns investigadores por vezes estão sujeitos e sobretudo a aprovação dos relatórios finais por vezes apreciados por técnicos estagiários do IPPAAR sem qualquer experiência ou curriculum académico contribuem, ainda mais, para o indesejável ambiente que hoje existe.

A passividade que se tem assistido face a esta situação resulta da tradicional dependência das verbas para a investigação arqueológica atribuídas quase exclusivamente pelo IPPAAR, obrigando os investigadores a acatarem silenciosamente esta dependência. Explica-se ainda esta passividade, sobretudo por parte dos investigadores e docentes universitários que, para além de condicionados por verbas, se encontram sujeitos a datas fixas para apresentação de provas académicas, obrigando-os, ainda mais, a acederem subservientemente às determinações do IPPAAR evitando hostilizar os detentores do poder.

Epílogo: Este assunto foi assim apresentado pelo Sr. Reitor ao CRUP o qual criou um grupo de trabalho para analisar a situação.

...DESTAQUE

seu conjunto cerca de 500 docentes, investigadores e técnicos.

Como funciona o BUS?
Por intermédio do BUS a Universidade constitui equipas volantes e interdisciplinares de consultadoria, investigação e formação.

 **ESQUECIMENTO!!!!**

Na listagem dos CENTROS referidos no N.º anterior, acrescente:

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA - *Augusto Freitas*

PÁSCOA FELIZ



... A CIÊNCIA É O NOSSO NEGÓCIO

Pela forma como se decidiu desenvolver a ciência no nosso país, os nossos administradores conseguiram sem dúvida os seus objectivos e em alguns anos veremos também no México as figuras de investigadores que publicam até uma centena de trabalhos em revistas internacionais num ano; veremos também alguns dos nossos colegas caírem na armadilha da falsificação de resultados; o que não creio que haveremos de desfrutar é do desenvolvimento de uma ciência plena, realmente criativa e que nos conduza à busca incessante das perguntas e das respostas verdadeiramente transcendentes...

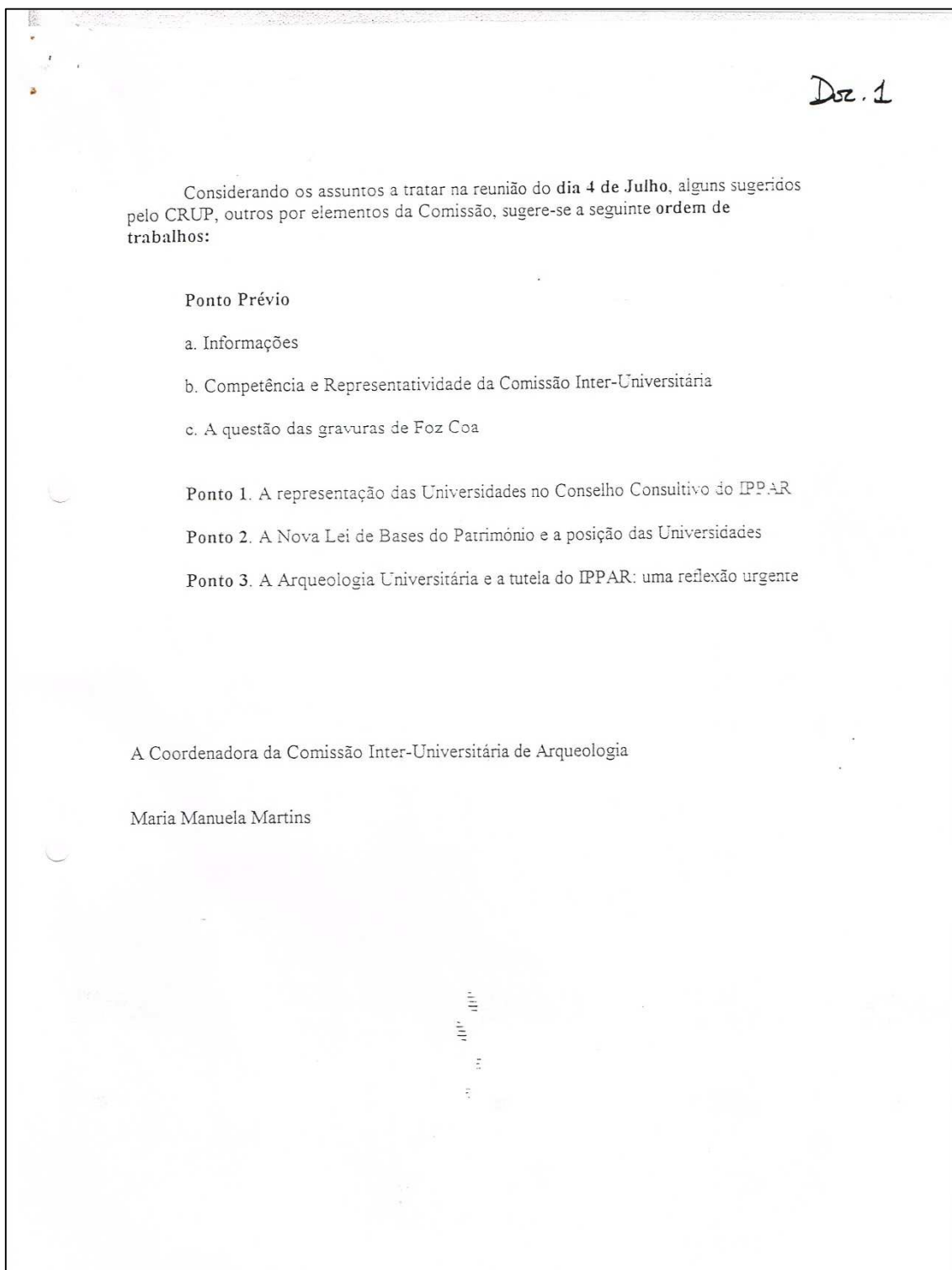
Tradução parcial do texto de Enrique Soto Eguibar publicado no "suplemento" semanal do diário Mexicano "La Jornada" de 30 de Maio de 1993.



Como estamos de "passeios" ao estrangeiro?
(deslocações de docentes e investigadores no âmbito das actividades de formação, em 1994):

CIÊNCIAS AGRÁRIAS	64
CIÊNCIAS EXACTAS	40
C. ECONÓMICAS E EMP.	33
C. HUMANAS E SOCIAIS	52
C. NATUREZA E AMBIENTE	55

Documento 3: Acta da Primeira Reunião da Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, realizada a 4 de Julho de 1995, no Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, convocada e coordenada pela Professora Manuela Martins, por incumbência do CRUP.



COMISSÃO INTER-UNIVERSITÁRIA DE ARQUEOLOGIA

ACTA 1

Aos quatro dias do mês de Julho de mil novecentos e noventa e cinco reuniu, pela primeira vez, a Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A ordem de trabalhos consta do documento um, em anexo.....

Estiveram presentes na reunião os seguintes elementos: Doutora Manuela Martins, em representação da Universidade do Minho e na qualidade de Coordenadora da Comissão; Professor Doutor Jorge de Alarcão em representação da Universidade de Coimbra; Professor Doutor Victor Oliveira jorge, em representação da Universidade do Porto; Doutor Victor dos Santos Gonçalves, em representação da Universidade Clássica de Lisboa; Doutora Maria Teresa Júdice Gamito, em representação da Universidade do Algarve; Doutor Jorge de Oliveira, em representação da Universidade de Évora, Doutor Martin Hock, em representação da Universidade da Beira Interior; Doutor João Luis Ines Vaz, em representação da Universidade Católica Portuguesa.....

A Coordenadora da Comissão começou por explicar aos presentes o contexto que justificou a sua criação, decorrente de uma proposta, feita ao CRUP, pelo Reitor da Universidade de Évora, Professor Doutor Jorge de Araújo. O Doutor Jorge de Oliveira complementou as informações prestadas pela Coordenadora, salientando ter sido da sua iniciativa dirigir-se ao Reitor da sua Universidade para que fossem tomadas providências relativamente aos abusos perpetrados pelo IPPAR, em relação aos investigadores das Universidades. Todos os presentes se manifestaram gratos pela iniciativa de constituição da Comissão Inter-Universitária, na medida em que ela poderá ajudar a resolver os graves problemas que afectam, presentemente, a investigação arqueológica realizada nas Universidades.....

Debateu-se, seguidamente, as questões referentes à competência e âmbito da Comissão, considerando a sua criação para um fim específico. Cada um dos presentes manifestou a sua opinião, pronunciando-se sobre o tipo de representatividade que entendiam poder assumir, como resultado do facto de terem sido designados pelos respectivos Reitores.....

O Doutor João Inês Vaz declarou que representava a Universidade Católica Portuguesa e que seria desejável que Comissão Inter-Universitária se constituísse como um polo de discussão e coordenação da actividade arqueológica universitária, na medida em que se poderá configurar uma nova estrutura organizativa para a Arqueologia portuguesa, com a criação de um possível Conselho Superior de Arqueologia.....

O Doutor Victor Gonçalves declarou ter sido nomeado pelo Reitor da Universidade Clássica de Lisboa, a título pessoal, considerando, todavia, que os restantes membros que integram o Instituto de Arqueologia da FLUL se encontram devidamente informados das razões e objectivos subjacentes à criação desta Comissão. Fez ainda questão de mencionar a recente discussão havida na Assembleia da República, sobre a nova Lei do Património, afirmando ser inaceitável que sejam recém-licenciados os responsáveis pela distribuição de subsídios e pela reprovação de relatórios de escavações, muitas vezes elaborados pelos seus antigos professores.....

O Doutor Jorge de Oliveira, afirmou estar em representação da Universidade de Évora, pois independentemente da sua nomeação pelo Reitor, entendeu informar e ouvir os seus colegas, relativamente aos assuntos agendados para a reunião. Sugeriu ainda dever a Comissão definir uma política de ligação ao IPPAR.....

O Doutor Martin Hock entende representar a Universidade da Beira Interior, pois, também ele, ouviu os colegas relativamente à ordem de trabalhos da Comissão, recolhendo as suas sugestões. Declinou que esta Comissão deverá ter uma existência dilatada no tempo.....

O Professor Jorge de Alarcão declarou que existe uma indefinição de base quanto à representatividade dos membros da Comissão, uma vez que não foram eleitos pelos seus pares, mas sim nomeados pelos Reitores, que deveriam ter conferido funções e prazo para o seu funcionamento. Entende, contudo, que esta Comissão tem um importante papel a desempenhar, atendendo às múltiplas questões relacionadas com o exercício da Arqueologia e com os eventuais interesses divergentes das instituições nele envolvidas....

As Doutoradas Manuela Martins e Teresa Júdice Gamito afirmaram, que muito embora tenham sido designadas pelos respectivos Reitores, entendem representar o colectivo dos arqueólogos das suas Universidades. Afirmaram, ainda, que a Comissão deve constituir-se como órgão de debate e coordenação da investigação arqueológica desenvolvida nas Universidades portuguesas.....

Do conjunto das intervenções ressaltou o grande interesse da iniciativa promovida pelo CRUP, com a criação da Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, o importante papel que ela poderá vir a ter no âmbito da promoção da investigação e no diálogo inter-institucional, tendo-se decidido que irá reunir regularmente e que para ela será definido e aprovado um regulamento relativo ao seu funcionamento e competências.....

Passou-se seguidamente à questão das gravuras de Foz Coa, considerada por todos como paradigmática do funcionamento da Arqueologia portuguesa, facto que justifica só por si que a Comissão sobre ela se pronuncie. Foi apresentado, para discussão, um texto elaborado pelo Professor Doutor Victor Oliveira Jorge, que constitui o anexo dois desta Acta. Após longa discussão o texto foi aprovado por maioria.....

A Doutora Manuela Martins sugeriu que ao mesmo fossem acrescentados alguns considerandos, relativos à urgência em iniciar os estudos, quer das gravuras, quer dos respectivos contextos geológico e arqueológico, quer ainda dos outros vestígios detectados na área de influência da barragem. Relativamente a esses considerandos, foram formuladas duas propostas: uma (A) apresentada pela Doutora Manuela Martins, cujo conteúdo consta do anexo três da Acta e outra (B) pelo Professor Doutor Victor Oliveira Jorge, que constitui o anexo quatro da mesma. Postas à votação, foi aprovada a proposta A, com cinco votos a favor, contra três votos dados à proposta B.....

A versão final do documento, que irá ser divulgado na comunicação social, constitui o anexo cinco da Acta. Do referido documento deverá ser igualmente dado conhecimento, ao Sub-Secretário de Estado da Cultura, ao Presidente do IPPAR e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.....

Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, a Coordenadora da Comissão leu um ofício do IPPAR, dirigido ao CRUP, no qual é solicitada a nomeação de um representante das Universidades para o Conselho Consultivo do IPPAR.....

Depois de debatida a actual composição da segunda secção do Conselho Consultivo, consideraram os membros da Comissão que não seria oportuna, no presente contexto, a representação das Universidades, feita através de um único membro, ainda para mais não prevista na Lei. Entendeu-se que seria desejável uma completa reestruturação da composição do referido Conselho Consultivo, que deveria representar os interesses da

comunidade arqueológica nacional, bem como um alargamento das suas funções, neste momento muito restrictivas, pois reúne apenas por decisão do IPPAR, que a ela submete os assuntos que considera pertinentes. Ficou decidido transmitir esta opinião ao CRUP que, por sua vez, a enviará ao IPPAR.....

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos (A nova Lei de Bases do Património e a posição das Universidades) foram expostas várias opiniões sobre a filosofia base do documento que mereceu a discordância geral. Foi decidido elaborar um texto crítico sobre a mesma, do qual ficou encarregada a Coordenadora da Comissão, a ser enviado ao Presidente da República, Sub-Secretário de Estado da Cultura e Assembleia da República.....

Em relação ao ponto três da ordem de trabalhos foi salientada a necessidade de se elaborar um documento que fosse um balanço das relações entre a Arqueologia universitária eo IPPAR. O Doutor Victor Oliveira Jorge propôs a criação de um Instituto Português de Arqueologia, à semelhança do que aconteceu com os Museus e os Arquivos. Esse Instituto deveria possuir delegações regionais e distritais. Paralelamente deveria existir um Conselho Consultivo em que estariam representadas entidades e organismos diversos e um Conselho Superior de Arqueologia. Sobre a questão foi decidido elaborar um documento que contemple três aspectos fundamentais: um diagnóstico dos diferentes problemas que afectam a Arqueologia portuguesa, do qual ficou encarregado o Doutor Jorge de Oliveira; a criação de alternativas ao IPPAR, a estudar pelo Professor Doutor Victor Oliveira Jorge; o financiamento da Arqueologia, que será analisado pela Doutora Manuela Martins.....

Foi ainda decidido que Arqueologia deverá deixar de ser considerada como Ciência Auxiliar da História nas listas classificativas da JNICT. Considerou-se, assim, que o CRUP deveria solicitar à JNICT a autonomização da Arqueologia como Ciência Humana.....

Finalmente, foi fixada a data da próxima reunião, que foi marcada para o dia nove de Outubro. A referida reunião terá lugar na Universidade de Évora, por decisão da maioria dos presentes.....

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Coordenadora da Comissão e pelo Secretário da mesma, Doutor João Luís Inês Vaz.

A Coordenadora da Comissão

O Secretário

Dr. 2

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO INTER-UNIVERSITÁRIA DE ARQUEOLOGIA
SOBRE A QUESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL
DO RIO CÔA

A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, constituída por iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), reunida na Universidade de Coimbra a 4 de Julho de 1995, decidiu emitir e tornar pública a seguinte declaração sobre a questão em epígrafe:

1 - O património cultural e natural do rio Côa, que vem sendo alvo da particular atenção de numerosos especialistas nacionais e estrangeiros, e da comunicação social, desde os inícios de Novembro de 1994, constitui neste momento um problema nacional e internacional de proporções inusitadas, cuja resolução é importante para o prestígio do nosso país.

2 - Para o esclarecimento do problema, e desde o início do processo, as universidades portuguesas têm vindo a contribuir de forma significativa, nomeadamente através de inúmeras iniciativas, promotoras de estudos e de debates, saudavelmente plurais, dos arqueólogos que nelas trabalham. Não obstante, tais iniciativas podem agora assumir uma nova expressão por via das actividades da presente Comissão, hoje iniciadas.

3 - A maior parte dos especialistas que se têm pronunciado sobre o assunto em causa considera o vale do Côa como um complexo patrimonial riquíssimo no contexto do país e, no domínio da arte paleolítica, como único a nível mundial. Trata-se pois de um bem insubstituível, constitutivo da nossa identidade e memória, e de que, em consequência, não podemos abdicar. Se, por exemplo, não seríamos capazes de assistir à eliminação ou desfiguração do Mosteiro da Batalha ou da Torre de Belém, como símbolos da identidade nacional, também não podemos ficar impassíveis perante a ameaça que impende sobre um património da humanidade, de que somos, como portugueses e cidadãos do mundo, fiéis depositários.

4 - Sendo aquele património não apenas um conjunto de "obras de arte" susceptíveis de serem descontextualizadas do seu contexto, mas sim o próprio rio, com cuja envolvência o complexo de gravuras paleolíticas forma uma unidade; e não sendo justo, nem vantajoso, privar gerações actuais e vindouras da sua fruição, inundando a área com a albufeira da projectada barragem de Foz Côa - a qual, com toda a probabilidade conduziria, a prazo, à destruição do referido complexo - torna-se clara a incompatibilidade dos dois projectos, ou seja, o da verdadeira protecção daquele património e o da construção da referida barragem.

2 - Nestes termos, a solução mais racional será a da tomada de decisão política, por parte das entidades competentes, e tão rapidamente quanto possível, da suspensão imediata e definitiva dos trabalhos da dita barragem.

3 - Só tal decisão poderá abrir o caminho a soluções alternativas para o desenvolvimento da região, que tomem como ponto de partida o referido património, nomeadamente no sentido da criação de um Parque Arqueológico na área. Nesses termos, julga-se oportuno recomendar que o complexo arqueológico, artístico, histórico e natural do rio Côa seja desde logo incluído na candidatura a património mundial prevista para o vale do Douro.

4 - Esta tomada de posição resulta de uma ponderada avaliação da complexa problemática em causa, não desconhecendo as diversas valências da projectada barragem de Foz Côa, sejam elas energéticas ("barragem de potência") ou estratégicas em relação à água (compensação de déficits de caudais do Douro ou eventuais transferências para outras bacias). Também não ignora que a substituição daquela obra de engenharia por outras terá custos, que terão de ser assumidos a nível nacional e internacional, dado tratar-se de um património que, como se disse acima, transcende Portugal. Porém, considera que se trata, aqui, de um caso excepcional, onde os valores que se pretende ver protegidos não têm preço, nem são susceptíveis de serem reduzidos a uma mera lógica economicista.

5 - A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, consciente das múltiplas competências existentes no seio da Universidade portuguesa, indispensáveis à resolução de uma questão com tal multiplicidade de facetas, encontra-se necessariamente disponível para também ajudar a implementar, no terreno, todas as soluções que se afigurem, neste caso, mais consentâneas com o interesse nacional e com o prestígio do país.

Doc. 3

Proposta A

9. Independentemente da tomada de decisão política quanto à construção da barragem de Foz Côa, torna-se absolutamente indispensável dar início imediato aos estudos sistemáticos das manifestações artísticas do vale do Côa e do seu respectivo contexto, bem como ao estudo do restante património aí existente, correspondente a outros momentos da sua ocupação. Considerando a urgência, significado e dimensão das acções a levar a cabo, não se afigura compreensível o atraso no arranque dos trabalhos, nem admissível que o mesmo seja justificado com base no argumento de que não existem, ou não se encontram disponíveis, os necessários recursos humanos. É falso que a comunidade arqueológica nacional não disponha, de entre os elementos que a integram, designadamente no meio académico, das competências necessárias à concretização das investigações no vale do Côa.

10. A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia sente-se, por isso, na obrigação de expressar o seu descontentamento pelo modo como globalmente tem sido conduzido o processo, designadamente quanto à morosidade no arranque dos estudos, manifestando, contudo, a sua disponibilidade para encontrar soluções que ajudem a desbloquear a presente situação e a dignificar o país perante a comunidade internacional.

Doc. 4

Proposta B

9. A par dos estudos, necessariamente interdisciplinares e de outras iniciativas tendentes à defesa do Parque Arqueológico, referido no ponto 5, é absolutamente urgente criar condições para o desenvolvimento condigno dos trabalhos arqueológicos e de outras investigações científicas no vale do Côa, para as quais existem em Portugal técnicos habilitados. Todas elas serão indispensáveis à constituição de "dossiers" de candidatura à classificação deste rio como Património Mundial e à obtenção de fundos comunitários para efectiva implementação do dito Parque.

10. É convicção da Comissão Inter-Universitária de Arqueologia que, uma vez constituídos tais "dossiers", e apresentados às instâncias competentes, será possível conjugar, adentro de um adequado planeamento, a constituição do Parque, o desenvolvimento da investigação científica e a progressiva exploração turística da zona. Tal conjugação terá duas vantagens: o evitar de um "vazio" que pudesse levar ao abandono e degradação da área; e o começo imediato da rentabilização económica e da progressiva criação de postos de trabalho que tornem evidente às populações locais e ao público em geral a vantagem da opção, cultural e política do Parque, acima mencionado.

A
502.5

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO INTER-UNIVERSITÁRIA DE ARQUEOLOGIA SOBRE A QUESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DO RIO CÔA

A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, constituída por iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), reunida na Universidade de Coimbra, a 4 de Julho de 1995, decidiu emitir e tornar pública a seguinte declaração sobre a questão em epígrafe:

1. O património cultural e natural do rio Côa, que vem sendo alvo da particular atenção de numerosos especialistas nacionais e estrangeiros, e da comunicação social, desde os inícios de Novembro de 1994, constitui neste momento um problema nacional e internacional de proporções inusitadas, cuja resolução é importante para o prestígio do nosso país.
2. Para o esclarecimento do problema, e desde o início do processo, as universidades portuguesas têm vindo a contribuir de forma significativa, nomeadamente através de inúmeras iniciativas, promotoras de estudos e de debates, saudavelmente plurais, dos arqueólogos que nelas trabalham. Não obstante, tais iniciativas podem agora assumir uma nova expressão por via das actividades da presente Comissão.
3. A maior parte dos especialistas, que se têm pronunciado sobre o assunto em causa considera o vale do Côa como um complexo patrimonial riquíssimo no contexto do país e, no domínio da arte paleolítica, como único a nível mundial. Trata-se pois de um bem insubstituível, constitutivo da nossa identidade e memória, e de que, em consequência, não podemos abdicar. Se, por exemplo, não seríamos capazes de assistir à eliminação ou desfiguração do Mosteiro da Batalha ou da Torre de Belém, como símbolos da identidade nacional, também não podemos ficar impassíveis perante a ameaça que impende sobre um património da humanidade, de que somos, como portugueses e cidadãos do mundo, fiéis depositários.
4. Sendo aquele património, não apenas um conjunto de "obras de arte" susceptíveis de serem destacados do seu contexto, mas sim o próprio rio, com cuja envolvência o complexo de gravuras paleolíticas forma uma unidade; e não sendo justo, nem vantajoso, privar gerações actuais e vindouras da sua fruição, inundando a área com a albufeira da projectada barragem de Foz Côa - a qual, com toda a probabilidade conduziria, a prazo, à destruição do referido complexo - torna-se clara a incompatibilidade dos dois projectos, ou seja, o da verdadeira protecção daquele património e o da construção da referida barragem.
5. Nestes termos, a solução mais racional será a da tomada de decisão política, por parte das entidades competentes, e tão rapidamente quanto possível, da suspensão imediata e definitiva dos trabalhos da dita barragem.
6. Só tal decisão poderá abrir o caminho a soluções alternativas para o desenvolvimento da região, que tomem como ponto de partida o referido património, nomeadamente no sentido da criação de um Parque Arqueológico na área. Nesses termos, julga-se oportuno recomendar que o complexo arqueológico, artístico, histórico e natural do rio

Côa seja, desde logo, incluído na candidatura a património mundial prevista para o vale do Douro.

7. Esta tomada de decisão resulta de uma ponderada avaliação da complexa problemática em causa, não desconhecendo as diversas valências da projectada barragem de Foz Côa, sejam elas energéticas (barragem de potência) ou estratégicas em relação à água (compensação de *deficits* de caudais do Douro ou eventuais transferências para outras bacias). Também não ignora que a substituição daquela obra de engenharia por outras terá custos, que terão de ser assumidos a nível nacional e internacional, dado tratar-se de um património que, como se disse acima, transcende Portugal. Porém, considera que se trata, aqui, de um caso excepcional, onde os valores que se pretende ver protegidos não têm preço, nem são susceptíveis de serem reduzidos a uma mera lógica economicista.

8. A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, consciente das múltiplas competências existentes no seio da Universidade portuguesa, indispensáveis à resolução de uma questão com tal multiplicidade de facetas, encontra-se necessariamente disponível para também ajudar a implementar, no terreno, todas as soluções que se afigurem, neste caso, mais consentâneas com o interesse nacional e com o prestígio do país.

9. Independentemente da tomada de decisão política quanto à construção da barragem de Foz Côa, torna-se absolutamente indispensável dar início imediato aos estudos sistemáticos das manifestações artísticas do vale do Côa e do seu respectivo contexto, bem como ao estudo do restante património aí existente, correspondente a outros momentos da sua ocupação. Considerando a urgência, significado e dimensão das acções a levar a cabo, não se afigura compreensível o atraso no arranque dos trabalhos, nem admissível que o mesmo seja justificado com base no argumento de que não existem, ou não se encontram disponíveis, os necessários recursos humanos. É falso que a comunidade arqueológica nacional não disponha, de entre os elementos que a integram, designadamente no meio académico, das competências necessárias à concretização das investigações no vale do Côa.

10. A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia sente-se, por isso, na obrigação de expressar o seu descontentamento pelo modo como globalmente tem sido conduzido o processo, designadamente quanto à morosidade no arranque dos estudos, manifestando, contudo, a sua disponibilidade para encontrar soluções que ajudem a desbloquear a presente situação e a dignificar o país perante a comunidade internacional.

Documento a divulgar pelo CRUP na Comunicação Social

Sugere-se ainda o envio do documento às seguintes individualidades:

Presidente do IPPAR
Sub-Secretário de Estado da Cultura
Grupos parlamentares da Assembleia da República

PSD (Dr. Torres Pereira)
PS (Dr. Fernando Pereira Marques)
PC (Dr. Paulo Rodrigues)
PP (Dr. Manuel Queiró)

MEMORANDO

O texto do Projecto legislativo da Nova Lei do Património Cultural, apreciado na Assembleia da República e para o qual o Governo obteve já a respectiva autorização legislativa, enferma de várias lacunas graves, designadamente as decorrentes de ter sido elaborado sem qualquer debate com aqueles que lidam, na prática, com o referido património, revelando, por outro lado, um profundo arcaísmo conceptual relativamente à própria noção de Património Cultural. O referido texto é, também, altamente lesivo para o exercício da actividade arqueológica, desrespeitando a dignidade que assiste aos arqueólogos, enquanto investigadores, pois são tratados ao mesmo nível dos antiquários, ou de simples violadores do património.

Os considerandos enunciados são suficientes para que os arqueólogos das Universidades, representados na Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, criada no âmbito do CRUP, considerem que tal Projecto é inaceitável, carecendo de uma profunda revisão, pelas razões que passamos a expor.

1. Sobre o processo de preparação da Lei

O referido Projecto de Lei não respeitou a necessária audição dos arqueólogos universitários, quer através dos seus órgãos, quer a título individual, tendo alguns sido ouvidos, apenas, já tardiamente, e na sequência do debate do mesmo, na Assembleia da República. Mesmo assim, parecem ter sido quase completamente ignoradas as sugestões e considerações apresentadas, designadamente aquelas que foram propostas pela APA (Associação Profissional de Arqueólogos). Ora, tratando-se de uma Lei que regulamenta ao pormenor a actividade arqueológica, impunha-se que a mesma tivesse sido objecto de um debate alargado, sem o qual tal Lei pode constituir um exemplo, pouco pedagógico, do autocracismo e macrocefalia da SEC, pois apenas reconhece como arqueólogos os seus próprios técnicos, que são os únicos a decidir, executar e sancionar a actividade arqueológica nacional.

Nenhuma Lei de Bases do Património Cultural pode servir o país se não corporizar os interesses e experiências daqueles que lidam com os testemunhos do mesmo, sejam eles arqueólogos, historiadores de Arte, ou arquitectos e não respeitar as condições necessárias ao exercício da investigação, que dá sentido à própria noção de Património.

2. Sobre a Filosofia da Lei: a concepção de Património Cultural português

O referido Projecto de Lei enferma de uma concepção atomista e ideológica de Património Cultural, incompreensível nos anos 90, num Estado da UE. A leitura do Artigo 1.º, que define a essência do Património Cultural Português, é disso exemplo flagrante. Dela fica-nos a ideia de que o Património Cultural, sendo constituído por “bens materiais e imateriais” é algo que possui “valor próprio”, ou seja uma mais-valia, que o sujeita às leis do mercado. Para além de tal definição abrir campo a uma filosofia mercantilista, extremamente perigosa, pois possibilita tanto a compra como a venda de bens patrimoniais, ela corporiza uma concepção arcaizante dos mesmos. De facto, o

Património Cultural transcende na sua essência “os bens materiais e imateriais”. Ele é fundamentalmente um valor discursivo das sociedades modernas, que dele carecem no quadro do seu desenvolvimento socio-económico. Ora esse valor discursivo, resultante da investigação dos próprios bens, e não deles em si mesmos, só dificilmente é monetarizável e/ou alienável. A redução do Património Cultural aos bens móveis e imóveis, com valor em si próprios, não só ignora que as materialidades do passado, que chegaram até nós, não existem isoladas, mas inseridas em contextos históricos e paisagísticos, que lhes dão sentido e que são valorizados pela investigação e pelo discurso. Acresce que uma paisagem histórica conservada é ela, também, património cultural. Por outro lado, reduzir o Património Cultural português aos “bens... considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através dos tempos”, significa excluir dele tudo aquilo que, encontrando-se em território nacional, constitui herança anterior à formação da nacionalidade. Se o património cultural português só começa na Idade Média seria necessário que o Governo criasse também uma Lei do Património Cultural não português, para regulamentar a Arqueologia que se exerce, na sua maior parte, em contextos culturais anteriores à historiografia nacional.

São contraditórias e ultrapassadas as concepções subjacentes à noção de Património Cultural Português, que justificam e condicionam todo o articulado da Lei. Se, porventura, elas reflectem a filosofia da SEC, tais concepções não traduzem minimamente a posição dos arqueólogos universitários, que se sentem, por isso, à margem desta Lei, de marcado cunho economicista e pseudo-nacionalista.

3. Sobre o carácter excessivamente regulamentador e punitivo da Lei

O referido Projecto de Lei é excessivamente regulamentador, quando deveria, na qualidade de Lei de Bases, definir sobretudo princípios gerais. No que concerne à actividade arqueológica, o pormenor regulamentador atinge o paradoxo, pois os pormenores a que desce espartilham-na por completo.

No que se refere à definição de “trabalhos arqueológicos”, consignada no Art. 50º, a Lei é tão abrangente e pormenorizada, que qualquer iniciativa realizada por um arqueólogo é já considerada um trabalho arqueológico, como seja a própria cobertura fotográfica de sítios. Desta definição decorre, necessariamente, que quaisquer trabalhos, mesmo aqueles que se limitam à simples detecção de novos sítios, o que representa uma vantagem para o conhecimento e não uma ameaça para o mesmo, careçam de autorização superior do IPPAR, como é definido no Artº 52º. Também, a identificação fortuita de novos sítios arqueológicos é igualmente penalizada, tendo em conta o articulado do Artigo 54º, pois qualquer achado realizado por qualquer pessoa, incluindo os próprios arqueólogos, tem que ser notificado à autoridade policial, no prazo de 48 horas.

O Artigo 53º constitui um modelo acabado de superintendência do IPPAR sobre todos os arqueólogos, pois aquele organismo pode inspeccionar, mandar suspender e cancelar autorizações de trabalhos quando muito bem entender. É legítimo perguntar quem são os funcionários que constituem “o serviço competente do departamento governamental responsável pela área da cultura”, referido na Lei, que pode empreender tais acções. O peso do Estado e a sua acção vigilante sobre os trabalhos dos arqueólogos, consignados nos artigos referidos, constitui uma manifesta ingerência na actividade científica, que desrespeita quem a realiza, podendo tornar os investigadores vítimas das maiores arbitrariedades. Situação similar ocorreria, por exemplo, se os técnicos do Ministério da

Saúde tivessem poder legal para interromper uma operação cirúrgica, efectuada por um especialista, por simples decisão administrativa.

O facto de os trabalhos arqueológicos realizados por arqueólogos, serem, eles também, objecto de sanções, puníveis com coimas, definidas no Artigo 63º, que constitui de resto um articulado geral para todo o tipo de infracções contra o Património, revela bem os equívocos deste projecto Lei. A título de exemplo podemos referir algumas sanções aplicáveis aos arqueólogos, mesmo que altamente creditados em termos científicos, designadamente as que concernem: a realização de trabalhos arqueológicos sem autorização (Art.52º n° 1); a prospecção, que passa a ser punível com multas de 350c a 500c; a detecção de testemunhos arqueológicos que não forem notificados à autoridade policial no prazo de 48h (Artigo 54º), punível com multas de 300c a 500c; ou a entrega de relatórios dos trabalhos, fora do prazo de 90 dias, a contar do fim dos mesmos, mas sempre antes de 31 de Dezembro de cada ano civil, o qual deverá passar a incluir a listagem dos materiais exumados, descrição sumária e cobertura fotográfica das mais significativas (Artigo 52º n°s 3 e 4), situação punível com multa de 50c a 300c. O regime de sanções aplicáveis aos arqueólogos, tratados a priori como potenciais infractores, podendo mesmo ver interdito o exercício da sua actividade (Artigo 63º, n° 6b e Artigo 69º n° 2), revela, por parte dos autores deste Projecto de Lei, um total desconhecimento da realidade da actividade arqueológica nacional.

A excessiva regulamentação e o teor altamente punitivo desta Lei, não só não servem a Arqueologia portuguesa, como parecem pretender condicioná-la ao máximo, aumentando a burocracia de controlo da investigação e minimizando o papel dos arqueólogos como agentes de produção de conhecimento.

O Projecto de Lei do Património Cultural Português, apreciado na Assembleia da República pode conduzir à ideia que o autismo e a ignorância predominam entre as entidades a quem compete defender e promover o Património Cultural. No que respeita à actividade arqueológica, responsável por trazer à luz do dia e por valorizar uma parte muito significativa desse mesmo património, a sua eventual aprovação apenas permitirá acentuar o fosso entre o Estado e a sociedade civil, desta feita representada por aqueles, sobre quem parece recair o principal ónus desta Lei e que são afinal, aqueles que o defendem, pois lhes cabe a já árdua tarefa de o valorizar, seja através da sua identificação, seja através do seu estudo, que possibilita, posteriormente, a sua compreensão alargada e a sua preservação. Mas a aprovação desta Lei poderá ter ainda efeitos mais perversos, pois os constrangimentos que com ela passam a pesar sobre os arqueólogos só servirão para nos distanciar ainda mais da comunidade científica internacional, pois ela limita o próprio exercício da investigação arqueológica, fora dos quadros da SEC. A consequência óbvia deste processo será o aumento desmedido dos efectivos do IPPAR, com um inevitável aumento da despesa pública, o que contraria frontalmente os quadros macro-económicos de convergência comunitária.

A alternativa talvez consistisse em legislar menos e melhor, o que exigiria um diálogo inter-institucional que não existe, o reconhecimento da Arqueologia como actividade científica e não como prática destinada a produzir bens móveis e imóveis e, finalmente, uma menor interferência do Estado que, ao pretender controlar todos os passos dos arqueólogos, apenas irá reforçar o peso burocrático do IPPAR, quando ele é já excessivo e inoperante.

Sugere-se que o documento seja enviado pelo CRUP às seguintes individualidades:

Presidente da República

Sub-Secretário de Estado da Cultura

Presidente do IPPAR

Presidente da Assembleia da República

Presidente da Comissão de Educação e Cultura da A.R.
(Dr. Pedro Pinto)

Grupos parlamentares da Assembleia da República

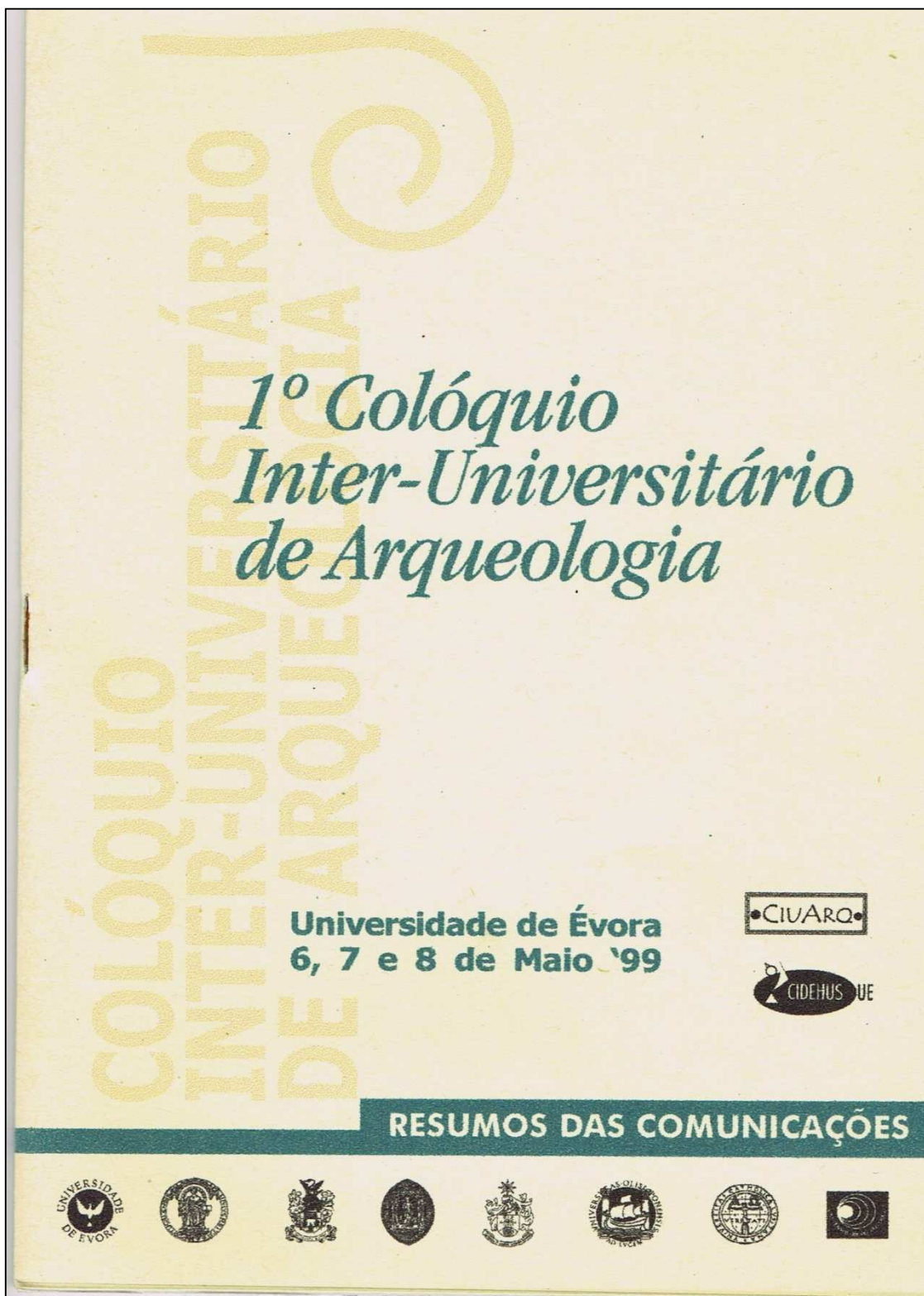
PSD (Dr. Torres Pereira)

PS (Dr. Fernando Pereira Marques)

PC (Dr. Paulo Rodrigues)

PP (Dr. Manuel Queiró)

Documento 4:



**1.º Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia – 6 a 8 de
Maio de 1999**

Universidade de Évora - Pré -Actas

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

(recebidos até 99 – 04 – 25)

DOCENTES E INVESTIGADORES INSCRITOS

Amílcar Guerra - Universidade de Lisboa
Ana Bettencourt - Universidade do Minho
Ana Cardoso de Matos – Universidade de Évora
Ana Margarida Arruda - Universidade de Lisboa
António Baptista Lopes - Universidade do Porto
**Armando Coelho F. Silva - Faculdade de Letras da Universidade
do Porto**
Cardim Ribeiro - Universidade de Lisboa
Carlos Alberto Brochado de Almeida - Universidade do Porto
Carlos Fabião - Universidade de Lisboa
Carmen Balesteros - Universidade de Évora
Catarina Viegas - Universidade de Lisboa
Domingos Cruz - Universidade de Coimbra
Elisa Pinheiro - Universidade da Beira Interior
Fernando Branco Correia - Universidade de Évora
Helena Catarino - Universidade de Coimbra
João Carlos Senna Martinez - Universidade de Lisboa
João Luís Cardoso - Universidade Aberta
João Luís Inês Vaz – Universidade Católica Portuguesa
João Pedro Bernardes - Universidade do Algarve
João Pedro Ribeiro - Universidade de Lisboa
João Zilhão - Universidade de Lisboa
Joaquim Carvalho - Universidade de Évora
Jorge de Alarcão - Universidade de Coimbra

Jorge de Oliveira - Universidade de Évora
José Meireles - Universidade do Minho
Juan Javier Enriquez Navascuez – Universidade de Extremadura
(Convidado)
Justino Maciel - Universidade Nova de Lisboa
Luís Fernando Oliveira Fontes - Universidade do Minho
Luís Oliveira – Universidade do Algarve
Manuel Calado - Universidade de Lisboa
Manuela Coelho - Universidade do Algarve
Manuela Martins - Universidade do Minho
Maria da Conceição Lopes - Universidade de Coimbra
Maria da Conceição Rodrigues - Universidade Nova de Lisboa
Maria de Jesus Sanches - Universidade do Porto
Mariana Diniz - Universidade de Lisboa
Mário Barroca - Universidade do Porto
Mário Varela Gomes - Universidade Nova de Lisboa
Martin Hock - Universidade da Beira Interior
Michael Mattias - Universidade da Beira Interior
Nunes Pinto - Universidade de Coimbra
Nuno Ferreira Bicho - Universidade do Algarve
Panagiotis Sarantoupolos - Universidade de Évora
Pedro Carvalho - Universidade de Coimbra
Raquel Vilaça - Universidade de Coimbra
Rosa Varela Gomes - Universidade Nova de Lisboa
Rui Centeno - Universidade do Porto
Rui Manuel Lopes Moraes - Universidade do Minho
Sande Lemos - Universidade do Minho
Sérgio Rodrigues - Universidade do Porto
Susana Oliveira Jorge - Faculdade de Letras do Porto
Teresa Gamito – Universidade do Algarve
Teresa Soeiro - Universidade do Porto
Vasco Mantas - Universidade de Coimbra

Victor Gonçalves - Faculdade de Letras de Lisboa

Vítor Oliveira Jorge - Faculdade de Letras do Porto

-.-

Ainda bem que aqui estamos...

Durante o tempo anterior a 1974, as expressões «sacrifício», «missão», «sacerdócio» eram muitas vezes usadas pelos poderes instituídos para se referirem ao ensino em geral e, mesmo, ao universitário, ainda que esse tivesse sido sempre cuidadosamente filtrado e periodicamente purificado de vozes incómodas.

Assim, no grande reino da unanimidade, o «sacrifício» de trabalhar sem meios, a «missão» de ensinar catecúmenos, energúmenos e penitentes e o «sacerdócio» que definia como sagrada uma profissão pareciam garantir que tudo corresse pelo melhor no melhor dos mundos possíveis. E profanar esse peculiar universo com reivindicações que significariam grave ofensa ao seu próprio estatuto seria pecado grave. E a pena nada leve.

Uma Universidade empobrecida em recursos materiais, limitada em recursos humanos, literalmente exangue, emerge a partir de 1974. E se a fatiagem universitária do País pela política Veiga Simão criara incompreensão e cepticismo pelo dispersar de recursos que significava, o acordar das políticas regionalistas e chauvinistas, seguidas por outras, micro-corporativas, dificultou o redimensionamento universitário do todo nacional e entre as Universidades preexistentes e as novas cedo se ergueram barreiras de incompreensão ou surdez.

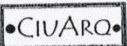
No domínio da Arqueologia, o crescimento que se segue a 1974 não é o das Universidades, demasiado ocupadas na sua própria reestruturação, mas o da Arqueologia administrativa, a mais perigosa de todas, geradora de *nomenklaturas* e mãe de *aparatchiks*, alguns deles traumatizados por *curricula* universitários medíocres e quase sempre freudianamente hostis às Escolas de onde tinham saído.

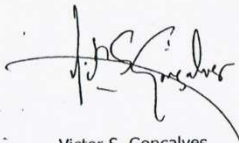
No contexto das diferentes «estórias» que esta situação tece, talvez no limite do que poderia ter sido tarde demais, nasce a CIUARQ, justamente por proposta da Universidade de Évora, a que hoje nos acolhe.

Unir as Universidades, sem apagar as involuntárias diferenças, criar um fórum de debate periódico, em que todas as vozes sejam por igual ouvidas, dialogar numa base de coesão e força com os organismos de tutela, garantir melhorias do apoio ao ensino da Arqueologia, são esses alguns dos nossos objectivos.

Antes de mim, Manuela Martins coordenou com brilho, suavidade e dureza esta Comissão. Como certamente a seguir outro o fará. E as palavras iniciais que vos dirijo serão exactamente, pelo menos no essencial, o que qualquer outro diria: é através do diálogo e da unidade que a Arqueologia universitária se afirmará. E através da troca franca de informações sobre o que ensinamos, que o ensino pode ser melhorado. E através do conhecimento do que todos fazemos no campo da investigação que os nossos próprios programas de trabalho podem ser aferidos.

O primeiro colóquio interuniversitário de Arqueologia é, não tenhamos medo das palavras, um momento histórico: pela primeira vez, estão reunidas todas as Universidades públicas portuguesas onde se ensina ou investiga Arqueologia. Pela primeira vez, vamos ouvir falar de programas e estratégias de ensino da Arqueologia. Pela primeira vez, vamos ouvir de forma sistemática o que fazemos no campo ou no laboratório. Que esta vez não seja a última !!

O Coordenador da 



Victor S. Gonçalves
Professor catedrático da Faculdade de letras de Lisboa

PRÉ-ACTAS
RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

6, 7 e 8 de Maio de 1999

CIUARQ / CIDEHUS

UNIVERSIDADE DO MINHO

Manuela Martins; José Luís Meireles Baptista; Francisco Sande Lemos; Manuela Delgado; Luís Fernando de Oliveira Fontes - *Áreas de investigação estratégica em Arqueologia na Universidade do Minho: Projectos institucionais, colectivos e individuais*

Esta comunicação pretende dar a conhecer as linhas de investigação na área da Arqueologia que se desenvolvem no quadro da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. São elas: a Arqueologia Urbana; a Arqueologia da Paisagem e do Povoamento; a Arqueologia da Arquitectura e os Sistemas de Informação aplicados à Arqueologia. São nessas grandes áreas temáticas que se vem desenvolvendo a investigação arqueológica na Universidade do Minho, dentro das quais se situam, quer os projectos institucionais, quer os colectivos, quer, ainda os individuais, independentemente do período cultural ou cronológico que abarcam. Os investigadores da Unidade de Arqueologia são responsáveis por Projectos institucionais que resultam de protocolos estabelecidos entre a Universidade e outras instituições, sendo o mais importante o projecto de Estudo e Salvamento de Bracara Augusta. Os projectos colectivos, integram vários investigadores e têm sido sobretudo desenvolvidos no âmbito de Programas de investigação com financiamento externo, como o Estímulo para as C. Sociais e Humanas, o Praxis XXI, ou o Programa Rafael. Os projectos individuais, integrados, também eles, nas linhas de investigação referidas estão normalmente relacionados com provas académicas de Mestrado ou Doutoramento.

José Luís Meireles Baptista; Manuela Martins - *Os projectos de ensino em Arqueologia na Universidade do Minho*

Pretende-se dar a conhecer os projectos de ensino em Arqueologia em curso na Universidade do Minho. Esses projectos relacionam-se com a formação de licenciados, no âmbito do Curso de História, variante de Arqueologia e com o Mestrado de Arqueologia, com três áreas de especialização.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Susana Oliveira Jorge - *O estudo e valorização do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (V.ª N.ª de Foz Côa) no âmbito do projecto de "Estudo e Valorização de Sítios Arqueológicos na Área de Freixo de Numão"*

O estudo do sítio em causa começou em 1989, por iniciativa dos Serviços Regionais do Centro do então IPPC, e em colaboração com a ACDR de Freixo de Numão. A partir de 1998 integrou-se no projecto EVASAFREN apresentado ao IPA. Deu já origem a diversos estudos, teses de mestrado, e acções de consolidação/valorização que prosseguirão em 1999. A autora descreve as investigações realizadas e os seus resultados científicos e patrimoniais, e também as actividades previstas para o futuro, como um exemplo de "arqueologia de resistência" ao meio difícil, para não dizer abertamente hostil, à nossa arqueologia, em que temos vivido nos anos 90 em Portugal.

Vítor Oliveira Jorge - *Formas de dinamização da pesquisa e da afirmação da arqueologia dentro e fora da Universidade: exemplos de como ainda se pode fazer muito, quando já quase nada parece possível*

A história de um docente/investigador universitário de arqueologia é, em larga medida, a de um saltador de obstáculos, tantos são os bloqueios e as provas que é preciso vencer, dentro e fora dos

muros da Universidade, para conseguir atingir aquilo que se propôs: ser um profissional competente e nunca esquecendo a responsabilidade que tem para com os seus estudantes. Tendo a consciência perfeita de que estes são seres autónomos, que irão seguir o seu caminho, e muitas vezes até contestá-lo no futuro. O autor dá um testemunho pessoal de como anda há c. de 3 décadas a tentar dedicar-se a este difícil exercício. Sem cair no confessionalismo, mas procurando que a sua experiência seja socialmente útil, através de um organigrama de iniciativas previstas e em curso de realização, partilhadas com outros, as quais não visam o vedetismo individual (embora sejam feitas com paixão e empenho, o que é totalmente diferente), mas sim contribuir para ultrapassar atrasos estruturais da nossa arqueologia.

UNIVERSIDADE CATÓLICA – Polo de Viseu

Luís da Silva Fernandes - *Os notáveis na Lusitânia Ocidental*

Apresenta-se o projecto de dissertação de Doutoramento, a desenvolver na Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa (Viseu), orientado pelo Professor Doutor José d'Encarnação (Universidade de Coimbra), subordinado ao tema *Os notáveis na Lusitânia Ocidental. Estratégias do poder numa província romana (século I a.C. a III d.C.)*. Partindo da análise da epigrafia romana da Lusitânia, conjugada com os dados fornecidos pela arqueologia e literatura clássicas, pretende-se estudar o processo de formação e promoção do escol local e provincial na Lusitânia Ocidental, em articulação com o processo de romanização.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Michael Mathias - *Projecto "Castelo Melhor"*

As ruínas de Castelo Melhor situam-se num outeiro, a Sul da actual freguesia, na margem direita do Rio Côa, poucos quilómetros antes de desaguar no Rio Côa. Três anos atrás foi criado o *Parque Arqueológico do Vale do Côa*, e além das estações do paleolítico e da arte rupestre, sítios de outras épocas estão a ser estudadas para completar a imagem desta paisagem arqueológica. A comunicação, a apresentar, vai focar o estudo pluridisciplinar das ruínas do castelo para a preparação de uma base sólida de um projecto de conservação/recuperação e revitalização. A equipa compõe-se de arqueólogos, geólogos e engenheiros civis da *Universidade da Beira Interior* na Covilhã. As prospecções já efectuadas no castelo revelaram, que alguns danos não foram causados apenas pela velhice do monumento, mas também por inadequados materiais de construção, da hidrologia do local e da estabilidade estrutural das muralhas. A investigação arqueológica vai estudar a ocupação humana da zona do castelo, achados ocasionais indicam uma ocupação antes da época medieval; os períodos da construção do castelo e o seu declínio; a paisagem envolvente, a rede viária antiga, actividades agrícolas e mineiras, etc. Nos meses de Verão de 1997 iniciaram-se os trabalhos de campo. Um levantamento topográfico pormenorizado do castelo e da zona envolvente, foi realizado, bem como umas sondagens arqueológicas. No ano corrente as actividades vão continuar. A comunicação vai apresentar alguns aspectos técnicos e arqueológicos bem como os primeiros resultados dos trabalhos de campo.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Helena Catarino - *Povoamento rural e fortificações islâmicas: continuidades e rupturas entre a Antiguidade tardia e a Reconquista do Gharb al-Andalus*

Como docente de Arqueologia Medieval, um dos temas que, nos últimos anos, tenho desenvolvido, quer nas aulas, quer na minha

própria investigação, centra-se na problemática relacionada com territórios e povoamento rural, na transição da Antiguidade tardia para o processo de islamização no Gharb al-Andalus. Em concreto, a análise decorrente do tema *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados* (tese de doutoramento) abriu-me novas perspectivas no campo da Arqueologia Medieval, extensiva à evolução do povoamento rural islâmico (sobretudo na antiga *civitas* de Balsa), e à formação de castelos/território (*husun*) pertencentes a *aqalim* (sing. *iqlim*) do actual Algarve. Nesta linha de investigação sobre a evolução dos espaços rurais associados a fortificações islâmicas, edificadas em territórios de antigas *civitates* romanas, perspectivam-se novas análises (com base na bibliografia disponível e em prospecções), passíveis de ser aplicadas a outras regiões do Algarve (*civitas* de Ossonoba e *iqlim* de Al-'Uliã) e, inclusivamente, a outras áreas geográficas, por exemplo em *al-Tagr al-Garbí*, no limite fronteirço do Mondego. No que diz respeito ao Algarve Oriental, reformulou-se o projecto anterior, de modo a circunscrever os objectivos de estudo a um espaço e a um tema mais específicos. O projecto apresentado ao IPA (a começar em 1999) é subordinado ao tema: *Povoamento e fortificações islâmicas do Algarve Oriental: o Castelo Velho de Alcoutim e o seu território mineiro*. Neste caso concreto, pretende-se concluir a escavação deste importante *hisn* omíada do Guadiana e estudar a evolução do povoamento rural, sobretudo o que está associado a explorações mineiras que, aparentemente, não foram totalmente abandonadas no período tardo-romano.

José d'Encarnação - *A ocupação romana no concelho de Cascais*

Da responsabilidade da Associação Cultural de Cascais, sob a direcção de José d'Encarnação e Guilherme Cardoso, o projecto – formalmente aprovado pelo IPPAR em 1996 e sujeito a reapreciação

em 1999 – visa dar a conhecer as características dessa ocupação. Para além das sondagens levadas a efeito na *villa* do Alto do Cidreira, na *villa* de Miroiços, em Casal Lobeira e nosítio do Casal do Clérigo, o fulcro da investigação tem sido a *villa* de Freiria, onde se fazem campanhas anuais de escavações sistemáticas desde 1985. Aí se privilegiou a *pars rustica*, o que levou à identificação de peças arquitectónicas do maior interesse histórico-arqueológico, como sejam o lagar e o celeiro, cujas imagens, pelo seu ineditismo, já entraram no circuito científico internacional. A recente descoberta da necrópole, com muitas sepulturas, invioladas, veio trazer ainda mais importância a esta *villa* que detém, no momento, todos os elementos próprios deste tipo de monumento. Está a ser elaborado o plano de pormenor para enquadramento paisagístico do sítio. O projecto enquadra-se também na actividade científica do Centro de Estudos Arqueológicos de Coimbra.

José d'Encarnação - *Sociedade e Cultura na Lusitânia Romana*

Trata-se de um projecto que reúne no chamado “Grupo Mérida” investigadores de várias nacionalidades e cuja direcção científica pertence a Alain Tranoy (França), José María Alvarez (Espanha) e José d'Encarnação (Portugal). A primeira fase do programa consiste na apresentação de um atlas antroponímico da Lusitânia – ora em fase de acabamento – que permitirá elaborar, desde já, as primeiras sínteses sobre a sociedade e a cultura desta província.

José d'Encarnação - *O novo CIL II*

A Dra. Manuela Alves Dias, da Universidade do Algarve, e José d'Encarnação integram o grupo internacional que prepara a nova edição do II volume (Península Ibérica) do *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Prevê-se que a obra saia em fascículos, por áreas geográficas. Já três foram dados à estampa. O projecto implica a

cuidadosa revisão de todas as epígrafes romanas e cristãs do território nacional.

Pedro C. Carvalho - *O Forum de Aeminium*

Apresentam-se os principais resultados dos trabalhos de escavação arqueológica realizados entre 1992 e 1998 no Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra). O estudo de um vasto conjunto de materiais, recolhidos em unidades estratigráficas cuja cronologia de depósito é anterior ou contemporânea do processo de construção das estruturas romanas entretanto identificadas, permitiu, por um lado, reforçar a hipótese de uma ocupação pré-romana da colina *aeminiensis* e, por outro lado, fixar a cronologia de edificação do criptopórtico e do forum que sobre ele assentava em meados do século I d.C., durante o principado de Cláudio. A conjugação de uma série de dados arqueológicos com alguns pressupostos teóricos permitiu-nos avançar com uma proposta de restituição do complexo forense *aeminiensis*. A partir desta proposta são colocadas em evidência as semelhanças que se estabelecem ao nível do plano com alguns foros construídos nos inícios do Império em que o templo, como edifício autónomo, se encontra excluído da composição arquitectónica. Nestes esquemas forenses a actividade religiosa desenrola-se numa abside anexa ao edifício basical, sendo, usualmente, interpretada como *aedes Augusti*.

Jorge de Alarcão - *Teoria da Arqueologia*

Faz-se um balanço dos artigos publicados desde 1994 neste domínio e antecipam-se as conclusões de outros artigos e publicar em breve.

Jorge de Alarcão - *Hierarquização do povoamento romano em Portugal*

Apresenta-se uma proposta, recentemente publicada, de classificação e hierarquização dos sítios romanos em Portugal e discute-se o problema da origem da “aldeia”.

Domingos Cruz; Raquel Vilaça - *Práticas Funerárias e Culturais dos Finais da Idade do Bronze na Beira Alta*

As práticas funerárias dos finais da Idade do Bronze, tal como da Idade do Ferro, não são bem conhecidas no Centro-ocidental e no Noroeste da Península Ibérica. A situação é semelhante no Centro de Portugal, nomeadamente na Beira Interior. Conhecem-se, no entanto, vários povoados deste período, muitos deles correspondendo uma ocupação prolongada. Esses vestígios, destacando-se a cultura material, tipos de construção, distribuição geográfica de artefactos, etc., permitem a definição de territórios de influência e de circulação, por vezes de grande amplitude, bem como de aspectos da economia e organização sociopolítica das populações deste período da Pré-história. Recentemente, no âmbito de trabalhos de campo de prospecção, foi possível inventariar na Beira Alta cinco grupos de pequenos monumentos, feitos de pedra, de planta circular, pouco destacados no terreno, alguns dos quais com pequenas cistas de pedra na sua parte central – “Casinha Derribada” e “Serra da Muna”, no concelho de Viseu, “Mazugueira” e “Caramêlo”, no concelho de Tondela, “Senhora da Ouvida”, no concelho de Castro Daire e “Casa da Raposa”, no concelho de Vila Nova de Paiva. Estas estruturas, pela tipologia e correlação com outras de características semelhantes, da Beira Alta e de outras regiões da Península Ibérica, têm sido interpretadas como sepulturas da Idade do Bronze. São conhecidas duas outras necrópoles deste período – “Paranho”, concelho de Tondela, recentemente reestudada, e “Fonte da Malga”, concelho de Viseu – insuficientemente valorizadas no contexto da Idade do Bronze, talvez devido à falta de estudos aprofundados e outros paralelos. Este projecto pretende dar continuidade ao estudo destes pequenos cemitérios, total ou

parcialmente, através de escavações arqueológicas, trabalhos de prospecção, com vista à detecção de outros, estudo de materiais de antigas escavações depositados em Museus, e sua integração cronológico-cultural, seja através do estudo comparativo de estruturas e rituais funerários (ou cultuais) e da cultura material, ou através de datações obtidas pelo processo de Carbono 14. A um outro nível, espera-se conhecer as práticas funerárias das populações de finais idade do Bronze que ocuparam a região, como o comportamento funerário-cultural e organização sociopolítica, relacionando-as com os vestígios de ocupação já conhecidos – povoados, achados avulsos, depósitos, etc. -, bem como os de carácter simbólico-monumental – “santuários” rupestres -, também significativos na região. Paralelamente realizar-se-ão trabalhos no âmbito da Paleoecologia, tendo em vista o conhecimento do clima, cobertura vegetal, potencialidades agrológicas dos solos, etc.

Raquel Vilaça - *Dos Finais do Bronze aos inícios do Ferro na Beira Interior*

A transição do Bronze Final para o Ferro Inicial envolve uma das problemáticas mais importantes e interessantes da Pré e Proto-história peninsulares. Uma entre várias das questões que poderíamos começar por colocar é exactamente a de “arrumação”. Sendo acima de tudo uma fase de charneira inserível, genericamente, nos primeiros séculos do I milénio a.C., fecha, simultaneamente, um grande ciclo do nosso passado – a Pré-história Recente -, com todos os valores culturais que lhe estão subjacentes, e inicia um outro – a Proto-história, no qual se discute já por exemplo, a existência de sociedades próximas do estado ou proto-estatais (Alarcão, 1996: 32; Soares e Silva, 1998: 241). Não são, pois, de estranhar as aparentes e reais contradições que se registam a nível arqueológico resultantes quer da sobrevivência de aspectos culturais arcaizantes, quer da assimilação mais ou menos precoce de outros “para-históricos”. Tratando-se de um período de

transição, essa sua característica de ser e não ser ao mesmo tempo, é responsável pela complexidade da sua abordagem, acrescida do facto de termos de cruzar informação de natureza distinta e já não só arqueológica. Possuímos, pela primeira vez, elementos escritos explícitos referentes à vinda e/ou fixação de populações extra-penínsulares, bem como relativos à existência de entidades étnicas indígenas discretas. Reconhecer-lhes e identificar-lhes a “face” no registo arqueológico é sempre um desafio a quem se debruçar sobre o I milénio a.C., seja nos seus inícios, seja no seu decurso. Por absoluta carência de vestígios arqueológicos imputáveis àquela fase de transição, não foi possível até aqui, para a Beira Interior, elaborar e desenvolver um discurso sobre a forma como se fez a passagem do Bronze Final ao Ferro Inicial e como este prosseguiu caminho. Múltiplos trabalhos que temos vindo a desenvolver na região não nos têm permitido explorar essa problemática. Recentemente, identificaram-se no povoado da Cachouça (Idanha-a-Nova) os primeiros elementos que permitem, com o mínimo de segurança, iniciar tal discussão. Trata-se de cerâmicas feitas ao torno, de fabrico fino, pastas muito depuradas e formas até então inéditas na região. Este projecto procura aprofundar – partindo daqueles indícios – e desenvolver a problemática da transição do Bronze para o Ferro, valorizando os dados proporcionados por escavações, com especial atenção para as informações que datações obtidas pelo processo do Carbono 14 possam proporcionar. Simultaneamente, é fundamental tentar reunir novos dados com a realização de prospecções. Espera-se, no final, conhecer alguma coisa sobre o modo como evoluíram, reagiram e se transformaram as comunidades da Beira Interior do I milénio a.C.. O alcance de tal objectivo permitirá, por sua vez, compreender melhor todo o processo de transformação cultural do centro-sul ocidental da Península Ibérica.

Vasco Gil Mantas - *Cadastros romanos de Portugal*

No âmbito do Programa COST da DG XII da União Europeia, mais particularmente da acção COST G2, coordenada pela Prof^a Monique Lévêque (Universidade de Franche-Comté, Besançon), denominada *Paysages Antiques et Structures Rurales*, acção na qual participam equipas de várias Universidades europeias, representando 14 países. A Universidade de Coimbra está representada por Vasco Mantas que desenvolve um estudo centrado nas centuriacões coloniais de *Scallabis* (Santarém) e de *Pax Iulia* (Beja). Os resultados, nomeadamente os que se referem a *Pax Iulia*, serão publicados no *Atlas dos Cadastros da Europa*, cujo segundo volume se encontra em preparação. Este projecto, que tem deparado com diversas dificuldades, em parte porque COST financia apenas reuniões de trabalho e publicações, cabendo a cada investigador encontrar os meios necessários à investigação nas instituições em que estão integrados, deverá permitir, até 2001, um conhecimento bastante fiável dos cadastros das referidas colónias. O projecto, que se enquadra na actividade científica do Centro de Estudos Arqueológicos de Coimbra, apesar das dificuldades referidas, permitiu reconhecer a orientação e os limites de duas, eventualmente de três, grandes centuriacões na área de Beja, ultrapassando o Guadiana, pertencendo sem dúvida a centuriacão A ao horizonte cronológico da criação da cidade romana. No território de Santarém, embora as profundas modificações sofridas pela paisagem dificultem particularmente a investigação, foi possível determinar o *Decumanus Maximus* da centuriacão e delimitar, no essencial, a sua extensão a norte do Tejo, tem sido concedida especial atenção à relação, nem sempre evidente, entre a rede viária e os sistemas cadastrais, bem como às estratégias de ocupação do solo e a sua cronologia, quando possível.

Victor S. Gonçalves - *Pastores, agricultores e metalurgistas: percursos das antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz. PROJECTO - PAM – RDM. Alguns comentários a propósito de um projecto em (re) construção.*

Na primeira metade do 3º milénio antes da nossa Era, tem lugar em Reguengos de Monsaraz uma situação até hoje desconhecida em toda a fachada atlântica da Península Ibérica:: grandes monumentos funerários colectivos, de falsa cúpula, *tholoi*, são anexados às antas de corredor, alguns desenvolvendo corredores paralelos ao do monumento mais antigo, outros entrosando-se nele, após reconstrução. Esta realidade, entrevista com surpresa pelos Leisner em fins dos anos 40, foi por mim sistematicamente reverificada, confirmada em pelo menos 2 novos monumentos, possível em mais quatro, presumivelmente alargada bastante para além do que Georg e Vera Leisner tinham suposto. Claro que nada é simples e sempre recusei a indizível felicidade de quem só tem certezas. Objectivamente, nada nos permite afirmar que a mesma situação se não verificou em outros lugares, uma vez que os investigadores do megalitismo durante muito tempo não sondaram as estruturas tumulares, desaproveitando a pista que os Leisner tinham levantado no seu livro de 1951. Mas os trabalhos que recentemente decorreram no Centro e no Norte de Portugal não forneceram qualquer informação de este tipo, tratando-se, na quase totalidade, de escavações fiáveis, de arqueólogos atentos.

Assim, e voltando a Reguengos de Monsaraz, recordo o que escrevi em 1992:

«A escavação dos monumentos Comenda 2 e Farisoa 1 produziu uma autêntica revolução no disciplinado pensamento dos Leisner que, ao estudá-los, iniciaram uma considerável abertura em relação à recusa do omnipresente *orientalismo*, a teoria que, neste contexto, propunha que as antas seriam frustes e tardias imitações dos civilizados *tholoi* que, vindos do Egeu, teriam inspirado os autóctones. É que nas estruturas tumulares destes dois sólidos monumentos de

granito foram escavadas duas grandes fossas ovaladas (de dimensão, em plano, superior às câmaras daquelas antas), revestidas na vertical de lajes de xisto, com coberturas em falsa cúpula e corredores convergindo para os corredores das antas. São típicos *tholoi* e a sua implantação *sobre* a estrutura tumular das antas mostra bem que, pelo menos nestes casos, lhes são claramente posteriores. A descoberta recente (1990) de um monumento presumivelmente similar no *tumulus* da Anta 2 do Olival da Pega e o facto de outros monumentos da região apresentarem restos de lajes de xisto dispersos poderia fazer crer que os *tholoi* de Reguengos de Monsaraz representam realmente um último momento do megalitismo desta região. Um facto, porém, deve ser sublinhado, em favor de uma (relativa) continuidade cultural: apesar de escasso, o espólio recolhido nestes monumentos não difere muito do que se recolheu nas antas sobre as quais foram construídos, o que talvez inviabilize a hipótese de uma ruptura cultural.» De alguma forma, este texto prenunciava este projecto, na sua componente que se refere às estruturas da Morte e nas dúvidas sobre a explicação possível: continuidade ou ruptura? transformação ou mudança? A escavação dos três *tholoi* anexos à anta 2 do Olival da Pega. Viria, porém, fornecer as primeiras séries de respostas coerentes e redireccionar as interrogações. A nível do povoamento, as primeiras questões sistemáticas partem de 1989, com «Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental» e «A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros» (1988/89), consolidam-se com «O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas» (1994), «Pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz: os 4.º e 3.º milénios» (1996-98), para desembocar nos trabalhos escritos de parceria com Ana Catarina Sousa, «O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular», (1997), «Uma primeira notícia sobre a ocupação pré-histórica do sítio Areias 15 (Reguengos de Monsaraz, Évora)» ou «O Castelo do

Azinhalinho no seu contexto regional dos 4º e 3º milénios» (no prelo). Basicamente, a nível do povoamento, poderíamos citar a abrir, sem que tal seja paradoxal, a nossa conclusão da versão revista e ampliada do trabalho de 1997: «Assim, na primeira metade do terceiro milénio em Reguengos de Monsaraz encontramos inovação, continuação e mudança, mas somos levados a crer, sem paixão, que a continuidade verificada traduz as grandes constantes nas sociedades agro-metalúrgicas, que um factor decisivo determine como conclusiva uma estrita evolução local. Com efeito, são os factores de inovação e mudança que parece dominarem, fazendo com que, em Reguengos de Monsaraz como na Península de Lisboa, aquilo que se passa agora pouco tenha a ver com o que se passava antes.». O estudo do conjunto de sítios presumivelmente «pré-megalíticos» recentemente identificados (Xarez 12, Xarez de cima 4, Fonte dos Sapateiros), a escavação do Castelo do Azinhalinho ou o recomeço de trabalhos no Monte Novo dos Albardeiros, cujo primeiro estudo monográfico está avançado, bem como a escavação de complexos antas/*tholoi* nos Cebolinhos, no Passo e na Farisoa são pontos importantes na definição de estratégias de pesquisa que nos conduzam a um melhor conhecimento dos percursos das antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz. Para tal se (re)construiu este projecto.

Ana Margarida Arruda; Catarina Viegas - *A Alcáçova de Santarém durante a Idade do Ferro e época romana. PROJECTO PALCAS*

As escavações arqueológicas que, a partir de 1983, decorreram na Alcáçova de Santarém produziram um abundante espólio da Idade do Ferro e do período romano que urgia estudar de forma sistemática. Apesar de algum desse material ter sido já objecto de análise e publicação, o facto é que o conjunto recolhido era de tal forma numeroso que se impunham condições de tratamento só possíveis de obter no âmbito de um projecto de investigação específico. Esse

projecto, que viria a ser aprovado pelo IPA, visava afinal o estudo da antropização do planalto da Alcáçova de Santarém durante a Idade do Ferro e época Romana, pretendendo-se para tal estudar, não só o espólio arqueológico já recolhido, mas também analisar detalhadamente as estruturas encontradas, uma vez que é amplo o conjunto de questões que a arquitectura e o urbanismo da cidade romana de *Scallabis* coloca, e importava conhecer melhor o tipo de construções sidéricas. Tornava-se, pois, fundamental a integração tipológica dos materiais, mas também, e sobretudo, verificar a sua posição estratigráfica, as associações possíveis (entre si e entre eles e as estruturas detectadas), e ainda atribuir-lhes uma cronologia precisa. A par deste estudo tipológico, mais tradicional, pretendemos também que algumas cerâmicas sejam analisadas do ponto de vista da composição química das suas pastas. A fauna, a determinação, através das sementes recolhidas, das espécies vegetais consumidas, e a antracologia serão analisadas e valorizadas como elementos importantes do projecto. Os esforços estão pois concentrados na análise, o mais globalizante possível, da forma como se processou e desenvolveu a ocupação humana da Alcáçova de Santarém, durante o 1º milénio a.C. e primeiras centúrias do 1º d.C., contando-se que o resultado final desse trabalho possa ser publicamente divulgado, através de publicação, no final dos 4 anos em que decorrerá o projecto que temos vindo a desenvolver.

Amílcar Guerra e Carlos Fabião - *Mesas do Castelinho (Almodôvar): dez anos de investigações*

Apresenta-se um breve historial do Projecto (como surgiu, o que pretende, como tem funcionado). Seguidamente, expõe-se uma súmula dos principais resultados e conclusões de dez anos de investigações, com particular atenção aos aspectos ainda não publicados.

Assim, discutir-se-á as questões relacionadas com:

- a caracterização e datação da mais antiga ocupação da Idade do Ferro e as eventuais pré-existências;
- as transformações que o povoado conheceu na sequência da conquista romana;
- as dúvidas e interrogações sobre a natureza das utilizações que conheceu em época romana imperial;
- a configuração do espaço ocupado em época muçulmana.

Finalmente, apresentam-se as perspectivas de continuidade da investigação em curso.

Carlos Fabião - *História do Pensamento Arqueológico: uma nova unidade lectiva da FLUL*

Apresenta-se uma nova unidade lectiva criada no âmbito da Variante de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trata-se de uma unidade lectiva opcional, aberta a estudantes do tronco comum da Licenciatura em História e suas Variantes (História da Arte e Arqueologia), ainda que o "público alvo" seja fundamentalmente o desta última Variante. Embora concebida de uma forma unitária, por força da semestralização dos cursos, apresenta-se repartida em duas disciplinas semestrais distintas e sem "precedências", uma primeira de âmbito geral e uma segunda relacionada com o caso português em concreto. Discute-se a pertinência destas disciplinas e seus objectivos formativos, apresentam-se os programas e comentam-se as principais dificuldades sentidas no estabelecimento das bibliografias e outros documentos de trabalho.

Mariana Diniz - *A Neolitização no Interior Alentejano*

O projecto agora apresentado destina-se a analisar o processo de implantação e exploração do território desenvolvido pelas primeiras comunidades de produtores de alimentos, no interior alentejano, e identificar numa perspectiva diacrónica as principais alterações

ocorridas ao longo do Neolítico, nos sectores da cultura material, da estratégia de exploração de recursos, do estabelecimento de redes de troca e dos comportamentos simbólicos. O processo de neolitização não se confunde com o aparecimento de comunidades portadoras de cerâmica e pedra polida é, ao contrário, aqui entendido como um fenómeno do Tempo Longo traduzido na implantação de um *modus vivendi*, que certamente registou sucessos e recuos, processos que deve ser analisado enquanto um ciclo (pré) histórico que termina com o advento das sociedades agro-metalúrgicas. O desconhecimento na área em estudo de ocupações humanas atribuíveis com segurança aos primeiros milénios do holocénico, dada a polémica integração cronológica das indústrias languedocenses, permite considerar a existência de um efectivo processo de “colonização” neolítica do interior alentejano. A recente identificação, no interior alentejano, de uma ocupação neolítica pré-megalítica levanta questões, ainda sem resposta, acerca da cronologia de ocupação destes territórios, da integração cultural destas comunidades e das estratégias económicas desenvolvidas para exploração destes ecossistemas. A análise das transformações ocorridas ao nível da cultura material, em conjuntos cerâmicos e líticos, permitirá identificar artefactualmente distintos momentos da diacronia neolítica de significado cultural e cronológico ainda não esclarecido. Na vastidão da área geográfica considerada pertinente, enquanto não se encontram definidos os territórios de exploração efectiva destas comunidades e o seu grau absoluto de mobilidade no espaço, seleccionam-se para escavação dois sítios localizados em duas áreas estratégicas no decorrer do processo de neolitização. O sítio da Valada do Mato, Évora, possui uma situação privilegiada de acesso ao litoral através das bacias hidrográficas do Tejo ou Sado. Esta localização poderá estar na origem da criação de redes de contacto entre populações estabelecidas no interior e na costa, numa etapa precoce da neolitização do território português. O sítio da Foz do Enxoé, Serpa, cuja ocupação parece integrar-se num

Neolítico final de características arcaizantes, situa-se num terraço fluvial junto à confluência da ribeira de Enxoé com o rio Guadiana. Este rio desempenha um papel fundamental, enquanto catalisador do povoamento e via de comunicação ao longo do Neolítico no interior alentejano, que urge esclarecer. O estudo dos dados recolhidos na escavação de emergência do povoado do Patalim 5, Montemor-o-Novo, cuja ocupação parece remontar a um momento terminal do Neolítico antigo, é também objectivo deste projecto. Pretende-se com o desenvolvimento dos trabalhos de campo, gabinete e laboratório, obter informação que permita caracterizar cronológica e culturalmente estas comunidades neolíticas e compreender as relações estabelecidas com os grupos neolíticos do litoral alentejano e da Estremadura portuguesa, procurando definir a diversidade de estratégias culturais com expressão regional. A neolítização no interior alentejano só poderá ser entendida e justificada se inscrevermos as transformações históricas aqui verificadas, em espaço sucessivamente mais amplos cuja macro-unidade seria, em última instância, o Mediterrâneo ocidental. O Sudoeste peninsular, área que engloba o interior alentejano, funciona como quadro necessário de referência para a comparação de dados e compreensão para a comparação de dados e compreensão de originalidades regionais específicas. Utilizando como quadro de referência cronológico o conjunto de datações absolutas disponíveis para contextos neolíticos, no actual território português, consideram-se como coordenadas cronológicas provisórias o 5.º e 4.º milénios AC.

Manuel Calado - *Menires do Alentejo Central*

Com base nos dados disponíveis na bibliografia e nos trabalhos de prospecção selectiva com que se procuram colmatar algumas lacunas mais importantes, procura-se, num primeiro momento actualmente em curso, tratar cartograficamente e cruzar a informação existente sobre os menires e o povoamento pré e proto-histórico do Alentejo Central; num segundo momento, relacionar-se-ão os

resultados com aqueles de que podemos dispôr para outras realidades geográficas, com notórias afinidades com o megalitismo alentejano, nomeadamente o Nordeste Alentejano, o Algarve, a Península de Lisboa ou a Bretanha. Procura-se, como resultado final, testar modelos interpretativos alternativos sobre os contextos cronológico-culturais em que surgiram e se desenvolveram as diversas realidades megalíticas reconhecidas na região. Assinale-se que os trabalhos de prospecção desenvolvidos nos últimos anos em áreas criteriosamente seleccionadas conduziram já à detecção de uma importante mancha de povoamento do Neolítico Antigo/Médio coincidente, em termos espaciais, com as áreas de maior concentração de monumentos meníricos, fenómeno que, por hipótese, se pode ler numa perspectiva de contemporaneidade, com interessantes implicações no campo do significado cultural dos monumentos.

João Zilhão - *O Paleolítico da Gruta do Almonda e a extinção dos Neandertais ibéricos*

O projecto tem por objectivo uma melhor compreensão da evolução cultural dos grupos neandertalenses ibéricos e das razões que permitiram a sua sobrevivência até cerca de 30 000 BP, dez mil anos após o desaparecimento deste tipo humano no resto da Europa. Para o efeito, promover-se-á a escavação de diversas jazidas arqueológicas datadas do Paleolítico Inferior, do Paleolítico Médio e do Paleolítico Superior identificadas nos últimos dez anos no interior da Rede Cársica da Nascente do Almonda e retomar-se-á a escavação dos níveis do Paleolítico Médio da Gruta do Caldeirão. Pretende-se, a partir do estudo dos sedimentos e das faunas e da obtenção de uma série de datações radiométricas, construir um esquema crono-estratigráfico das indústrias do Acheulense superior e do Moustierense, e reconstituir o cenário paleoambiental que condicionou os comportamentos humanos durante o período compreendido entre 300 000 e 30 000 BP.

UNIVERSIDADE ABERTA

João Luís Cardoso - *O ensino da Arqueologia na Universidade Aberta*

Nesta comunicação, apresentar-se-ão os conteúdos programáticos de três disciplinas, de cuja docência o autor é responsável na Universidade Aberta: Pré-história; Proto-história; e Portugal Romano. Será feita a análise da matéria leccionada em cada uma delas, os métodos adoptados no acompanhamento dos alunos, e os respectivos processos de avaliação, tendo em vista os objectivos que se pretendem atingir; discutir-se-á ainda a inter-relação existente e a desejável entre cada uma das referidas disciplinas, bem como a articulação com a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos (colaboração em trabalhos de campo e de gabinete). Na segunda parte será caracterizada, de forma global e sintética, a evolução da relação docente/discente ao longo dos anos de funcionamento destas disciplinas, designadamente número de alunos inscritos e respectiva distribuição geográfica, faixas etárias e situação profissional, percentagens de alunos examinados e taxas de sucesso escolar correspondentes.

João Luís Cardoso - *De Oeiras ao Tejo Internacional: características de dois Projectos de Investigação em meio urbano e em meio rural: semelhanças e diferenças*

O autor é o arqueólogo responsável por Projecto de Investigação superiormente aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia no Verão de 1998, cuja área de jurisdição coincide com a do concelho de Oeiras. Como é sabido, trata-se de área fortemente antropizada desde épocas remotas, tendo-se verificado, nos últimos trinta anos, um crescimento urbano acelerado, que só recentemente tem vindo a ser devidamente disciplinado. Nestas circunstâncias, este Projecto de Investigação foi concebido em duas vertentes principais:

- cartografia e inventariação dos testemunhos ainda conservados no terreno, prestando-se particular atenção às movimentações de terras que frequentemente se observam, no âmbito da construção de grandes obras, públicas ou privadas;

- investigação (envolvendo escavações arqueológicas nos sítios que as justifiquem) e publicação sistemática das estações e materiais relevantes, não privilegiando qualquer época ou fase cultural em especial, mas, ao contrário, assumindo-se este Projecto como de carácter essencialmente diacrónico. Com efeito, prevê-se, no âmbito da sua vigência (1998-2001) intervir em sítios de assinalável diversidade, do Paleolítico Inferior à Época Moderna, exprimindo, afinal, a própria realidade do registo arqueológico.

Já o segundo Projecto de Investigação, de que o signatário é co-responsável, e que igualmente mereceu a aprovação do Instituto Português de Arqueologia, diz respeito a uma área natural pouco antropizada, e em parte classificada (Reserva Natural do Tejo Internacional). Os objectivos que se pretendem atingir no período de 1998 a 2001, são essencialmente, os seguintes:

- cartografia arqueológica de uma vasta região do Sul da Beira Interior, tendo presente, igualmente, a diversidade e evidente diacronia dos vestígios potencialmente ali existentes, da Pré-História Antiga à época sub-actual, objectivo a que não é estranha uma aproximação que se pretende também etnográfica;

- escavações planeadas, com especial destaque para os testemunhos megalíticos, em ordem ao conhecimento da evolução arquitectónica e artefactual do fenómeno megalítico funerário na região, a par da respectiva componente simbólica (menires e cromeleques) bem como das manifestações artísticas (penedos e rochas insculturadas) correlativas.

Não obstante, estes dois Projectos de Investigação, desenvolvidos em domínios geográficos tão díspares e com características e condicionantes naturais e antrópicas profundamente

diferentes, são susceptíveis de comparação, partindo dos próprios objectivos que se pretendem atingir em cada um deles. Também a diversidade dos meios e das estratégias adoptadas ou a adoptar em cada caso, crê-se que merece apresentação comparada, ilustrando a existência de duas realidades que, sendo profundamente diferentes, são dominantes, afinal, na própria prática arqueológica actual, em Portugal.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Jorge de Oliveira - *Estruturas agro-pastorís do concelho de Mourão*

Por convite da EDIA iniciou a Universidade de Évora em 1997 o estudo de um conjunto de nove sítios arqueológicos situados no Concelho de Mourão, na área a afectar pela Barragem de Alqueva, inicialmente inventariados como estruturas megalíticas. A classificação como sepulcros megalíticos decorreu das suas grandes semelhanças com os inventariados e já alguns escavados na Bacia do Sever. Identificam-se na paisagem alguns blocos de xisto implantados na vertical, rodeados por outros de menores dimensões. Nalguns de entre os sítios a intervencionar definia-se, ante escavação, uma estrutura de forma circular ou poligonal, obtida por blocos de xisto que nalguns casos emergiam acima do solo mais de sessenta centímetros. Ao iniciarem-se os trabalhos de escavação verificámos que não se tratam de sepulcros megalíticos, mas de estruturas agro-pastorís pós-medievais. A técnica construtiva é praticamente idêntica em todos os sítios. Blocos de xisto implantados na vertical, apoiados interna, ou externamente por um murete de pedra seca, definem um espaço interno circular, ou poligonal, com dimensões que nunca ultrapassam os 3 metros. A cobertura destas estruturas seria obtida por matéria vegetal. A alguns destes abrigos associam-se outros de menores dimensões provavelmente destinados a animais. Implantam-se ou em

encostas suaves viradas a SE, ou junto a afloramentos xistosos. Invariavelmente as aberturas encontram-se viradas a Nascente. Na ausência de materiais datáveis torna-se muito arriscado atribuir uma cronologia precisa para estas estruturas, podendo prolongar-se a sua utilização ou a técnica de construção por vários séculos. Se atendermos ao grau de destruição e à camada de detritos poderemos posicioná-las, para já, como pós-medievais balizando o fim do seu uso para os inícios da mecanização da agricultura.

Jorge de Oliveira - *Megalitismo de Xisto na Bacia do Rio Sever*

Este estudo insere-se no âmbito do Projecto ANA – Arqueologia do Nordeste Alentejano, aprovado pelo IPA, mas não financiado. Perante a ausência de qualquer apoio dos organismos portugueses fomos levados a desenvolver a nossa investigação, unicamente em território espanhol, especificamente, na área administrada pelo Ayuntamiento de Cedillo. O estudo que agora se apresenta assenta em anteriores trabalhos arqueológicos desenvolvidos em Portugal e nos que, nos últimos anos, decorrem em território espanhol, por nós dirigidos. Decorrente de estudos mais globalizantes anteriormente desenvolvidos por nós sobre o megalitismo no Nordeste Alentejano e parte da *Extremadura Espanhola* procura-se agora compreender, em pormenor, uma outra expressão megalítica caracterizada por pequenos sepulcros obtidos em xisto. Ocupando as linhas de festo, estes pequenos sepulcros organizam-se claramente em necrópoles, nas quais parece evidenciar-se, quer em volumetria, quer por implantação um dólmen mais central. Bem evidentes na paisagem, não tanto pelas suas actuais dimensões, mas porque ocupam linhas de cumeada bem destacadas, os sepulcros megalíticos de xisto do Nordeste Alentejano e Extremadura Espanhola dominam territórios onde a prática agrícola seria de diminuta importância para a economia destas comunidades. Solos quase esqueléticos onde a pastorícia era e é a única forma de subsistência humana terá condicionado o investimento na morte, quer

na arquitectura, quer nas oferendas fúnebres. A pobreza evidente nos espólios, paralelamente às diminutas dimensões dos espaços funerários, deixam adivinhar a presença de pequenas comunidades, com escassos recursos e incapazes de congregar o número de homens necessários para a construção de monumentos de maior envergadura. Por outro lado, denota-se, sobretudo pela quase ausência de cerâmicas, pelas dimensões e funcionalidade dos artefactos líticos e pela inexistência de objectos de prestígio que as comunidades construtoras deste tipo de megalitismo teriam uma vivência de grande mobilidade espacial em busca de novas pastagens para os gados. O nomadismo que praticariam condicionaria o reforço de laços sociais que possibilitassem a congregação da força e tempo necessários à construção de grandes monumentos megalíticos como os que ocorrem em comunidades estabelecidas em terrenos com maiores aptidões agrícolas. Procura-se, com o desenvolvimento deste projecto alargar os conhecimentos sobre esta variante megalítica e compreender as formas de articulação entre as comunidades de pastores e agricultores imersas no mesmo ambiente simbólico, mas com expressões rituais algo distintas.

Carmen Balesteros - *A Arqueologia Judaica em Portugal e no contexto Peninsular*

O Projecto de Investigação *Arqueologia Judaica* faz parte da Linha de Investigação *Arqueologia no Ocidente Peninsular*, inscrita no Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora. Uma das vertentes deste Projecto (a que abrange o território de Portugal) foi aprovada pelo Instituto Português de Arqueologia com o título *Arqueologia Judaica em Portugal*. São objectivos do Projecto *Arqueologia Judaica* a prospecção, o levantamento e o estudo dos testemunhos materiais da presença judaica em Portugal e Espanha, com especial incidência no Alentejo e província de Cáceres. Mais especificamente, constituem objecto de

estudo deste projecto as judiarias medievais e suas sinagogas, os cemitérios judaicos e os testemunhos materiais da perseguição aos judeus e cristãos-novos.

Ana M. Cardoso de Matos; Maria Luísa F. N. dos Santos - *O desenvolvimento da Arqueologia Industrial nos últimos anos e a sua implementação no meio universitário e empresarial português.*

O reconhecimento e a defesa do Património Industrial, que após a 2ª Guerra Mundial assumiram grande importância na maior parte dos países europeus, não teve reflexo imediato em Portugal, país em que tardou a ser reconhecido como fazendo parte do Património Cultural. Nas últimas décadas esta situação tendeu a alterar-se e gradualmente foram surgindo algumas propostas de classificação de fábricas, pontes ou outros equipamentos colectivos. Como consequência do reconhecimento da importância do património industrial, o ensino da Arqueologia Industrial conquistou, como já acontecia na maior parte dos países europeus, um lugar nas universidades portuguesas ao mesmo tempo que as empresas foram constituindo museus de empresa, que se associaram na APOREM.

Panagiotis Sarantopoulos - *Arquitectura Pública de Ebora Liberitas Iulia*

O referido projecto está inscrito na linha de investigação do CIDEHUS – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora Arqueologia no Ocidente Peninsular, encontra-se devidamente aprovado pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia e conta/contará com diversos apoios institucionais. Este projecto visa o estudo da arquitectura de edifícios públicos e a sua inserção dentro do sistema urbanístico de *Ebora Liberitas Iulia*, bem como o sistema hidráulico da cidade antiga, dando continuidade às intervenções arqueológicas já realizadas nas termas e na zona envolvente do templo romano. Pretende-se, também,

conjugar aspectos variados de interdisciplinaridade: Arqueologia, Arquitectura, Geologia, História, Engenharia Hidráulica, Conservação e Restauro. Trata-se de uma tentativa de entendimento global de uma cidade romana, com a importância de Évora, bem como procurar paralelos em outras cidades semelhantes do Império Romano.

Joaquim Carvalho - *Necrópole Megalítica do Alcogulo – Castelo de Vide*

O projecto em referência foi iniciado em 1997 e procura recuperar três monumentos megalíticos funerários profundamente afectados por várias escavações antigas, da responsabilidade de Pereira da Costa, Conceição Rodrigues e do Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide. A criação deste projecto visava estudo e salvaguarda da Necrópole Megalítica do Alcogulo formada, actualmente, por três estruturas funerárias, mas que nos finais do século XIX seria composta por cinco. Pereira da Costa, em 1868, refere a existência de mais dois monumentos para além dos actualmente conhecidos. Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos por este investigador terão contribuído para a derrocada de, pelo menos, um monumento de grandes dimensões (Alcogulo III), que pela sua situação privilegiada, características arquitectónicas e compreensão da necrópole, justifica uma intervenção que possa reimplantar os esteios tombados, estudo da mamoa, e interpretação dos vestígios do corredor. Nas suas imediações o monumento II, que também foi alvo de continuadas violações, apresenta ainda parte da colina tumular envolvente. Esta colina encontra-se muito afectada na parte poente pela construção da linha de caminho-de-ferro. Recebeu, posteriormente, as terras provenientes das violações da câmara e do corredor. Entre estas terras era frequente a identificação de materiais arqueológicos, que propiciavam a abertura de sondagens clandestinas que, por sua vez, colocaram em perigo a estabilidade da estrutura dolménica. Neste monumento os trabalhos a desenvolver consistirão no reforço e

consolidação da estrutura interna, de forma a minimizar a sua instabilidade, provocada pela passagem de tráfego ferroviário. Alcogulo I, será, provavelmente o monumento mais afectado pelas antigas violações, a somar à pressão que é exercida por um muro de divisão de propriedade que assenta em parte da estrutura megalítica. Nesta estrutura funerária serão desenvolvidos trabalhos de consolidação e de desobstrução do monumento. Paralelamente a estes trabalhos estão a ser desenvolvidas prospecções sistemáticas, na tentativa de identificar os restantes monumentos referidos por Pereira da Costa e a identificação de estruturas de habitat contemporâneas deste conjunto megalítico, bem como o estudo dos materiais já anteriormente exumados.

Vasco Gil Mantas; Juan Javier Enriquez Navascués – *A Cidade Romana de Ammaia*

Não são muito numerosas as cidades luso-romanas desertas, permitindo desenvolver, como em *Conimbriga* ou em *Mirobriga* escavações sistemáticas abrangendo a totalidade da área urbana. As ruínas de *Ammaia*, situadas em S.Salvador de Aramanha, Marvão, não só se encontram numa situação privilegiada, como, pelos testemunhos arqueológicos e epigráficos registados desde o século XVI, o seu estudo permitirá progressos no conhecimento da romanização de uma região alentejana decerto pertencente ao convento emeritense. Nesse sentido, a *Fundação Cidade de Ammaia*, com sede em Castelo de Vide, lançou em 1995 o Projecto *Cidade Romana de Ammaia*, presentemente dirigido por Vasco Gil Mantas (Universidade de Coimbra) e Juan Javier Navascués (Universidade de Extremadura, Cáceres). Neste momento existem quatro áreas onde se efectuaram trabalhos arqueológicos: o edifício da Quinta do Deão, as ruínas de um balneário, aporta sul da muralha e as ruínas do *forum*, com destaque para o templo. Simultaneamente, tem prosseguido a recolha e a inventariação de materiais dispersos e reutilizados. A continuação dos trabalhos, que

exige financiamentos elevados e regulares, incidirá futuramente quer na continuação da escavação sistemática das áreas do *forum* e da porta monumental e na transformação do edifício da Quinta do Deão num Museu Monográfico, quer no desenvolvimento de trabalhos envolvendo geofísica, geologia, arqueozoologia, antropologia física e teledetecção. Situada numa zona de grande interesse turístico, dotada de um bom equipamento hoteleiro, *Ammaia* poderá constituir não só um importante campo arqueológico, como um elemento dinamizador regional de maior relevância.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Nuno Ferreira Bicho - *Paleoecologia e Ocupação Humana da Lapa do Picareiro*

Este projecto tem como objectivo principal investigar os vestígios humanos de cronologia paleolítica da Lapa do Picareiro bem como o seu impacto na paleoecologia local e regional. Os trabalhos arqueológicos preliminares na gruta demonstraram um grande potencial arqueológico que poderá remontar até ao início do Paleolítico Superior. Paralelamente, esta gruta devido à sua longa estratigrafia, é a gruta conhecida com o melhor e mais longo registo arqueológico respeitante ao final do Paleolítico em Portugal, registo este que se pode comparar ao das grandes grutas pré-históricas francesas e cantábricas.

Devido à boa preservação de fauna e conchas é possível proceder a análises arqueozoológicas inéditas em Portugal, como seja o estudo da sazonalidade através dos aneis de crescimento dos dentes de grandes herbívoros e de conchas, bem como estudos ictiológicos, nunca feitos em Portugal para o período em questão. Este projecto terá um total de 8 anos de trabalho conta com a cooperação de investigadores da Academia Russa das Ciências, e das Universidades do Algarve, de Wisconsin, Nevada, de Manitoba, e de Padova.

Teresa Júdice Gamito - *Faro/Ossónoba e o seu imediato hinterland*

Este projecto visa estudar a evidência arqueológica e histórica que nos possam conduzir a uma ideia mais precisa sobre a relação e aproveitamento que os habitantes das cidades tinham com o seu imediato hinterland. Em Silves, Huelva e Niebla têm sido efectuadas escavações diversas por outros arqueólogos, portugueses espanhóis, pelo que existe já descoberta informação disponível, pelo que nos limitaremos a fazer uma síntese dos trabalhos efectuados. Quanto à cidade de Faro, pelos restos osteológicos recolhidos, mas ainda não estudados em pormenor e quantificados já temos uma ideia. Nota-se que de facto não a alimentação se baseava nos produtos recolhidos na ria – bivalves, peixes, ostras, búzios – mas também se processavam na própria cidade produtos agrícolas recolhidos certamente na campina ao redor da cidade, aspecto que o lagar de azeite parece indicar. As escavações na cidade antiga de Faro eram a meu ver muito importantes pois poderiam facultar dados essenciais para o estudo da cidade e concentrar-se numa área maior do que aquela habitualmente disponível nos centros urbanos e também por ser este estudo o que nos traria algo de mais original, pois pouco se sabe do passado de Faro e sua estratigrafia sob o ponto de vista arqueológico. Por outro lado, é um tipo de investigação mais morosa e que envolve o estudo de uma estratigrafia necessariamente volumosa.

Teresa Júdice Gamito - *Pontos de vigia e defesa costeiros*

Sendo a costa do Algarve excessivamente grande e aberta a desembarques facilitados por portos abrigados, achamos de interesse observar a sua distribuição e áreas de concentração. Procuraremos, resumidamente, apresentar uma lista de tipos de torres, fortes e fortalezas que encontramos na costa do Algarve, nas zonas que percorremos quer do Sotavento quer do Barlavento, e dar uma ideia das suas características, estado actual, e possíveis dimensões e

funcionalidade. A sua concentração e localização estratégica são também um dos objectivos deste projecto, secundado pela informação histórica disponível. O trabalho está apenas em curso e numa fase quase preliminar, faltando ainda determinar muitos aspectos com eles relacionados e informações históricas que possamos coligir.

João Pedro Bernardes - A Civitas de Collippo

O projecto a *Civitas de Collippo* é um projecto de arqueologia do território desenvolvido no âmbito da preparação da dissertação de doutoramento do signatário e integrado no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos. Incide numa vasta zona de transição, a faixa centro litoral atlântica, extremamente mal investigada, donde resulta um profundo desconhecimento das especificidades resultantes desta zona de charneira entre o Norte e o Sul do país. Abordando uma temática da ruralidade do mundo romano que tem sido até agora negligenciada, o estudo dos aglomerados rurais secundários e de assentamentos dispersos do tipo casal, bem como os escoriais a eles associados que aqui abundam, o presente projecto procura ultrapassar o profundo vazio do conhecimento o âmbito do povoamento rural romano, já que a abordagem histórica tradicional tem centrado a sua atenção, quase exclusivamente, no estudo e escavação de *villae*. Por outro lado, o presente Projecto abre campo à vertente da arqueologia metalúrgica em Portugal que, até hoje, não tem passado de uma fase incipiente, em parte porque muito circunscrita a uma metodologia tradicional. Para além de preencher alguns espaços lacunares, o projecto "*A Civitas de Collippo*" procura trilhar novos caminhos na abordagem à evidência arqueológica do espaço *collipponensis*, de acordo com as novas perspectivas de investigação. Neste domínio conjuga com a metodologia tradicional níveis metodológicos algo inovadores, quer ao nível da prospecção de terreno (análise de imagens de satélite e de fotografias aéreas por meio de filtragens ópticas computadorizadas, meios electro-físicos etc.), quer na obtenção e gestão da informação

recolhida através da aplicação de um S.I.G. (Sistema de Informação Geográfico). O que norteará este Projecto será, pois, a percepção das estratégias e padrão de ocupação do espaço, o entendimento da organização e gestão dos vectores actuates nele envolvidos, enfim, a pesquisa, num espaço algo *sui generis*, das dinâmicas civilizacionais geradas e decorrentes do processo histórico dos primeiros séculos da nossa era, a partir de um quadro metodológico de abordagem histórica que integra variadas tecnologias das chamadas ciências exactas.

Documento 5:

**MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS DO 1º COLÓQUIO INTER-UNIVERSITÁRIO
DE ARQUEOLOGIA – Universidade de Évora, 6 a 8 de Maio de 1999**



1 – Mesa de abertura: José Barata Moura (Reitor UL), Jorge Araújo (Reitor UÉ), Victor Gonçalves, Jorge de Oliveira e Helder Fonseca.



2 – Mesa de abertura: José Barata Moura (Reitor UL), Jorge Araújo (Reitor UÉ), Victor Gonçalves, Jorge de Oliveira e Helder Fonseca.



3 - Mesa: Victor S. Gonçalves e Jorge de Oliveira



4 - Mesa: Victor S. Gonçalves e Vasco Mantas



5 - Mesa: Jorge de Oliveira, Victor S. Gonçalves, Vasco Mantas e Manuela Martins



6 - Mesa: Vasco Mantas e Prof.^a Manuela Martins



7 - Mesa: Jorge de Oliveira, Victor S. Gonçalves e Teresa Gamito



8 - Comunicantes: Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra)



9- Comunicantes: Luís da Silva Fernandes (Universidade Católica)



10 - Comunicantes: Manuela Martins (Universidade do Minho) e Vasco Mantas (Universidade de Coimbra).



11 - Comunicantes: Michael Mathias (Universidade da Beira Interior)



12 - Comunicantes: Manuel Calado (Universidade de Lisboa)



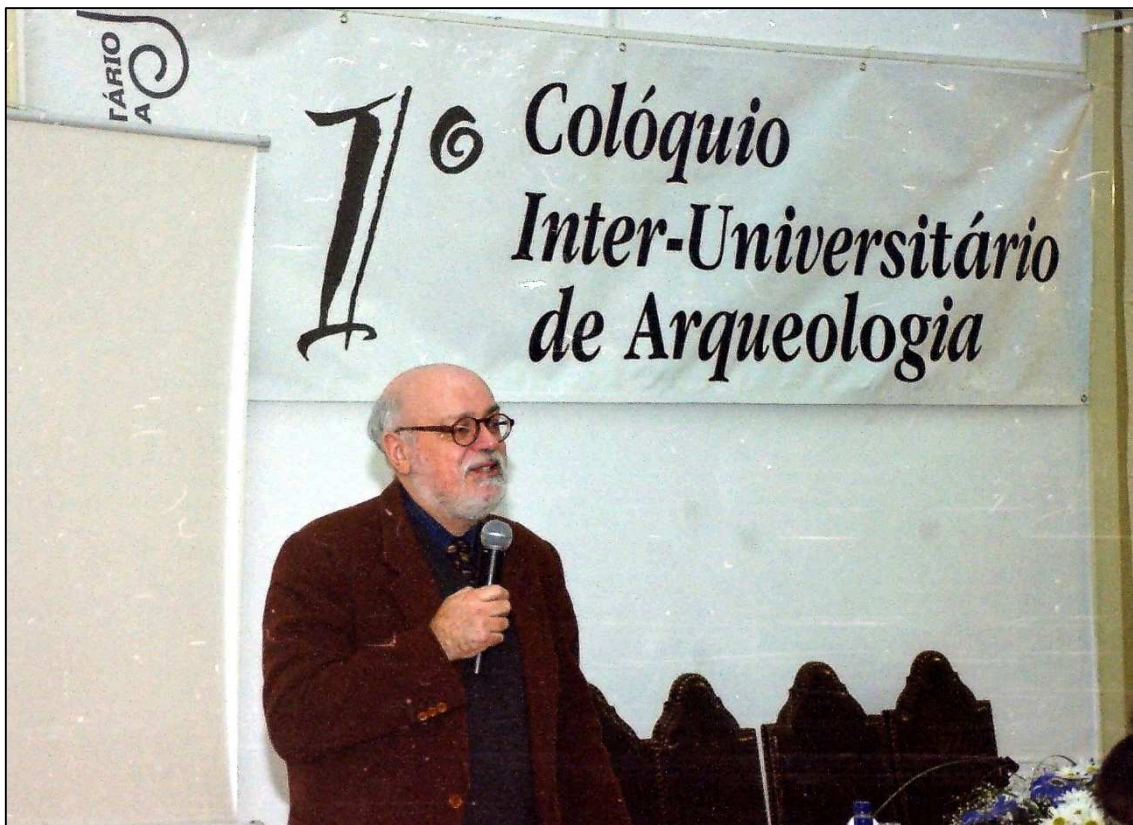
13 - Comunicantes: Pedro Carvalho (Universidade de Coimbra)



14 - Comunicantes: Susana Oliveira Jorge (Universidade do Porto)



15 - Comunicantes: João Pedro Bernardes (Universidade do Algarve)



16 - Comunicantes: Vitor Oliveira Jorge (Universidade do Porto)



17 - Comunicantes: Nuno Bicho (Universidade do Algarve)



18 - Comunicantes: Mariana Diniz (Universidade de Lisboa)



19 - Comunicantes: João Pedro Cunha Ribeiro (Universidade de Lisboa)



20 - Comunicantes: Ana Cardoso de Matos e Luísa Santos (Universidade de Évora)



21 - Comunicantes: Victor S. Gonçalves (Universidade de Lisboa)



22 - Comunicantes: Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)



23 - Comunicantes: Ana Margarida Arruda (Universidade de Lisboa)



24 - Comunicantes: Fernando Branco Correia (Universidade de Évora)



25 - Comunicantes: Carlos Fabião (Universidade de Lisboa)



26 - Comunicantes: Panagiotis Sarantopoulos (Universidade de Évora)



27 - Comunicantes: Vasco Mantas (Universidade de Coimbra)



28 - Comunicantes: Carmen Balesteros (Universidade de Évora)



29 - Comunicantes: Joaquim Carvalho (Universidade de Évora)



30 - Comunicantes: Teresa Gamito (Universidade do Algarve)



31 - Comunicantes: João Luís Cardoso (Universidade Aberta)



32 - Comunicantes: Jorge Menezes Alves (Universidade Católica)



33 – Comunicantes: José Meireles (Universidade Minho)



34 – Comunicantes: João Inês Vaz (Universidade Católica)



35 – Comunicantes: Martin Höck (Universidade Beira Interior)



36 – Staff: João Parreira



37 – Staff: Gerardo Gonçalves, Margarida Ribeiro e Tânia Rico



38 – Staff: Sara Ramos, Margarida Ribeiro e Tânia Rico



39 – Confraternização, com Jorge de Oliveira, Gerardo Gonçalves e Victor S. Gonçalves



40 – Confraternização entre professores e alunos



41 – Confraternização, Margarida Ribeiro



42 – Confraternização, com Catarina Viegas e Mariana Diniz



43 – Confraternização de alunos



44 – Confraternização de alunos



45 – Confraternização, com Philine Kalb e Martin Höck



46 – Confraternização de alunos e funcionário



47 – Confraternização com Carmen Balesteros, Jorge de Oliveira e Victor S. Gonçalves



48 – Confraternização, com Vasco Mantas



49 – Confraternização, com Vitor Oliveira Jorge e alunas



50 – Confraternização, com João Parreira, Gerardo Gonçalves, Vitor Oliveira Jorge e Jorge de Oliveira



51 – Confraternização, com Jorge de Alarcão



52 – Confraternização, professores e alunos



53 – Confraternização, com Panagiotis Sarantopoulos e Jorge de Oliveira



54 – Confraternização, com Margarida Ribeiro, João Luís Cardoso e Carlos Fabião



55 – Confraternização, com Mariana Diniz e Victor S. Gonçalves



56 – Confraternização entre professores



57 – Confraternização entre professores



58 – Confraternização, com Teresa Gamito e Clara Oliveira



59 – Confraternização, com Carmen Balesteros



60 – Confraternização de alunos



61 – Participantes



62 – Participantes – intervenção de Jorge Alarcão



63 – Participantes



64 – Participantes – intervenção de António Carlos Silva



65 – Participantes



66 – Participantes



67 – Participantes – com intervenção de Juan Javier Enriquez



68 – Participantes



69 – Participantes



70 – Participantes